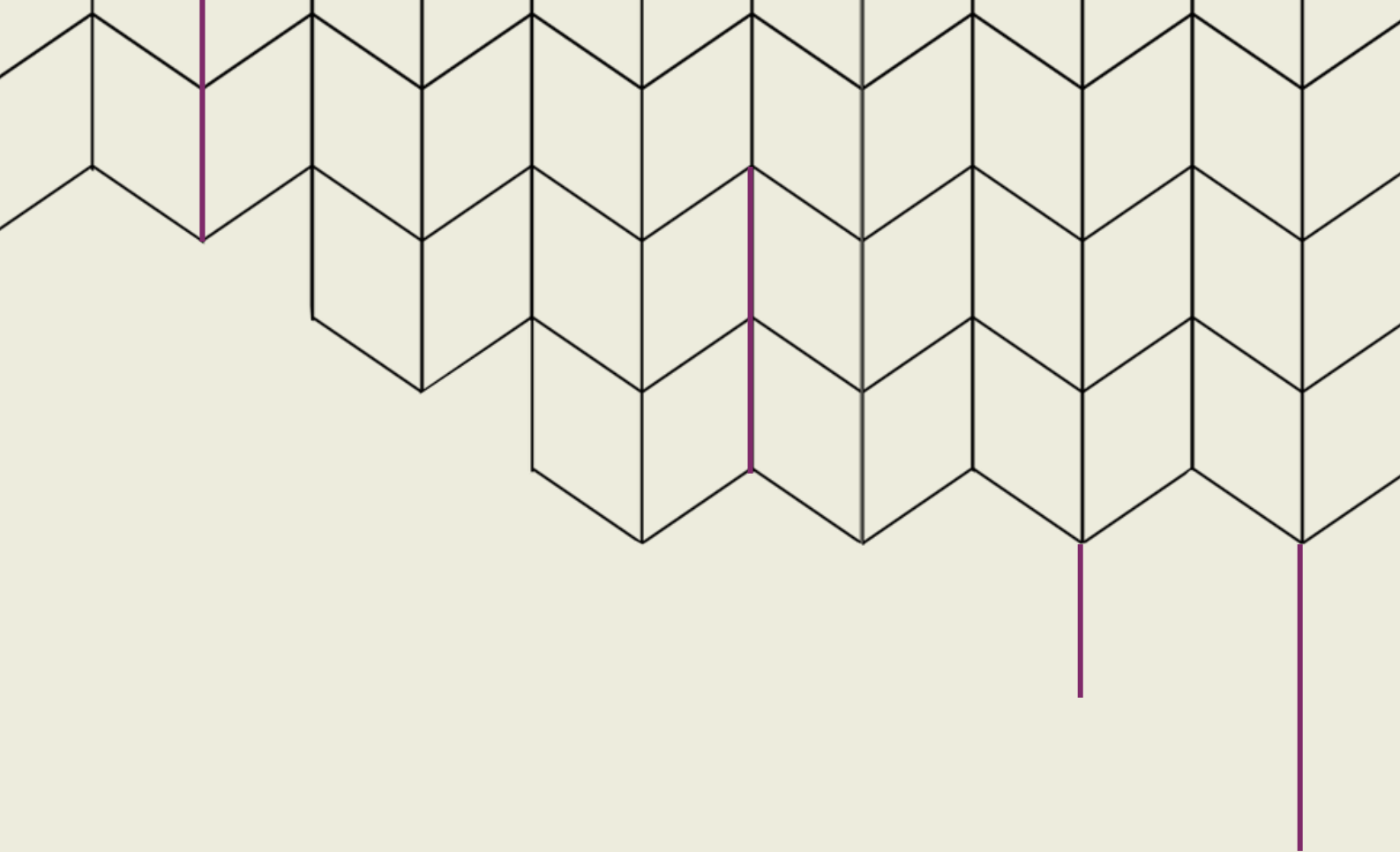




RELATÓRIO FINAL - LUPPA RIO BRANCO

Rio Branco/Acre - Novembro de 2022

PROCESSO DE REATIVAÇÃO DA AGENDA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE RIO BRANCO



lu●ppa

laboratório urbano de políticas
públicas alimentares

ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO

Elaboração

Marcos Catelli Rocha

Revisão

Francine Xavier

Juliana Tângari

Projeto gráfico

Flávia Falcão

Diagramação

Thais Barreto

Apoio

Prefeitura Municipal de Rio Branco
(PMRB)

Secretarias membros da CAISAN :

Assistência Social e Direitos Humanos
(SASDH),
Meio Ambiente (SEMEIA),
Agropecuária (SEAGRO),
Planejamento (SEPLAN),
Saúde (SEMSA),
Educação (SEME),
Desenvolvimento Econômico
Tecnologia, Turismo e Inovação (SDTI)
Casa Civil.

Organizações da sociedade civil

membros do CONSEA:

Centro Cultural Novarese
Conselho de Alimentação Escolar (CAE)
Conselho Regional de Nutrição (CRN7)
Educandário Santa Margarida
SESC (Mesa Brasil)
União de Moradores das Associações de
Rio Branco (UMARB)

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Idealização e realização

Instituto Comida do Amanhã

Correalização

ICLEI América do Sul

Parceria metodológica

Reos Partners

Apoio

Instituto Clima e Sociedade

Instituto Ibirapitanga

Apoio institucional

Alimentação Consciente Brasil

Grupo de Estudos, Pesquisas e

Práticas em Ambiente Alimentar e

Saúde da Universidade Federal de

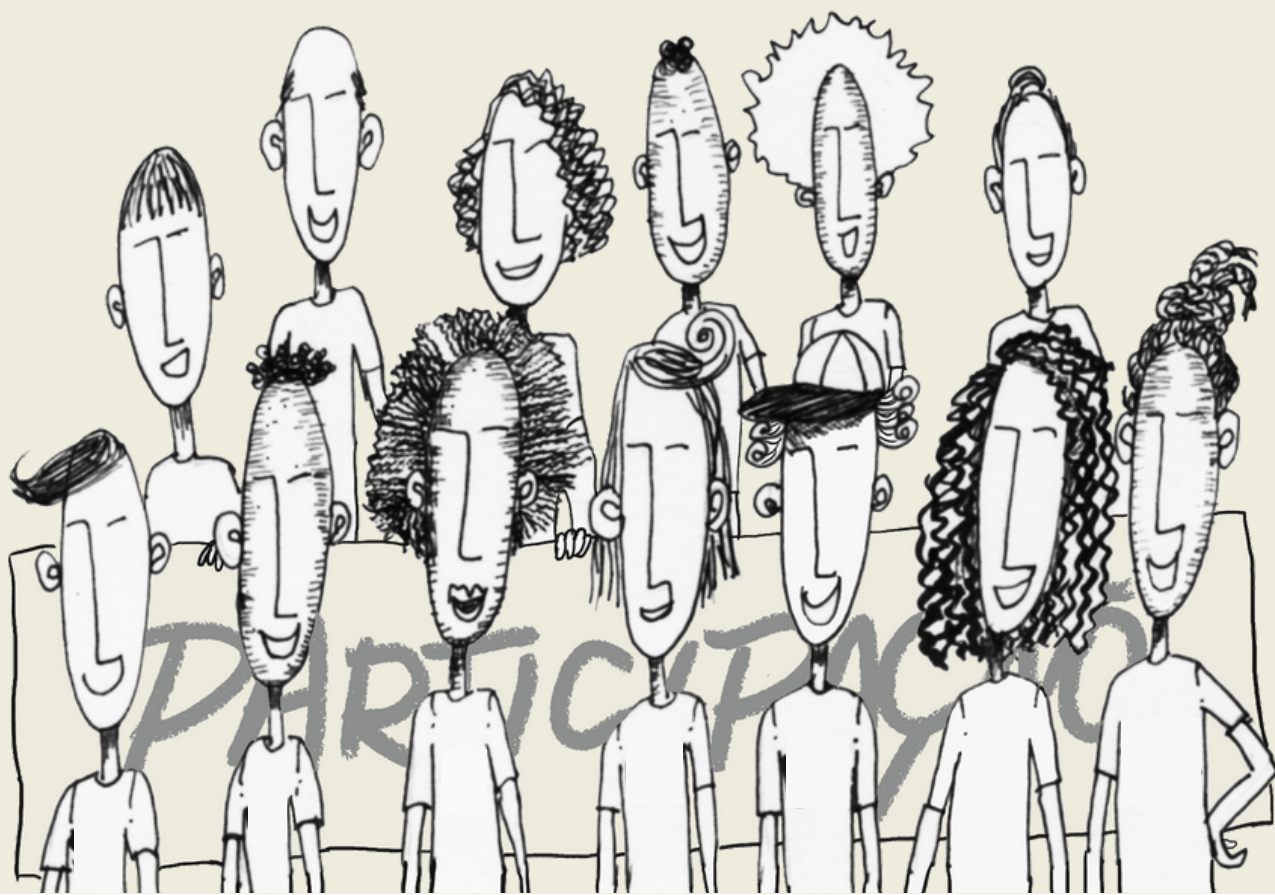
Minas Gerais - GEPPAAS/UFMG

Humane Society International

Prefeitura de Belo Horizonte/MG

Prefeitura de Curitiba/PR

Prefeitura do Recife/PE



EQUIPE LUPPA

Coordenação geral

Juliana Tângari, Comida do Amanhã

Coordenação

Francine Xavier, Comida do Amanhã

Mônica Guerra, Comida do Amanhã

Rodrigo Perpétuo, ICLEI América do Sul

Elizabeth Moura, ICLEI América do Sul

Comunicação

Thais Barreto, Comida do Amanhã

Stephanie Gouvêa, Comida do Amanhã

Conteúdo, apoio operacional e relacionamento com cidades

Tárzia Medeiros, Comida do Amanhã

Bruce Scheidl, ICLEI América do Sul

Roberta Curan, Comida do Amanhã

Maria Eduarda Lemos, Comida do Amanhã

Apoio prospecção

Ana Vitória Wernke, ICLEI América do Sul

Armelle Cibaka, ICLEI América do Sul

Cibele Carneiro, ICLEI América do Sul

Leta Vieira de Souza, ICLEI América do Sul

Voluntários

Kamyla Borges

Luana Rocha

Melissa de Araújo

Olivia Honório

Renan Veloso

Facilitação gráfica

Josélia Frasão, Comida do Amanhã

Facilitação e apoio dos grupos de trabalho do LAB

Bruce Scheidl

Christel Scholten

Maria Eduarda Lemos

Elizabeth Moura

Francine Xavier

Guilherme Rodrigues

Juliana Tângari

Kamyla Borges

Luana Rocha

Melissa de Araújo

Mônica Guerra

Olivia Honório

Renan Veloso

Roberta Curan

Tárzia Medeiros

GLOSSÁRIO

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural.

CEASA - Central de Abastecimento Alimentar.

CADÚnico - Cadastro Único do Sistema de Assistência Social Federal. Registro do governo federal que congrega dados das famílias de baixa renda no Brasil, mas é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras municipais.

CAISAN - Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional.

CONSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada.

EAN - Educação Alimentar e Nutricional.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

IFAC - Instituto Federal do Acre.

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Metas acordadas pelos países membros das Nações Unidas em 2015, para serem alcançadas até 2030.

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal, criado em 2003, em 2021 mudou de nome para Programa Alimenta Brasil.

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. Gerido pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

PPA - Plano Plurianual.

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional.

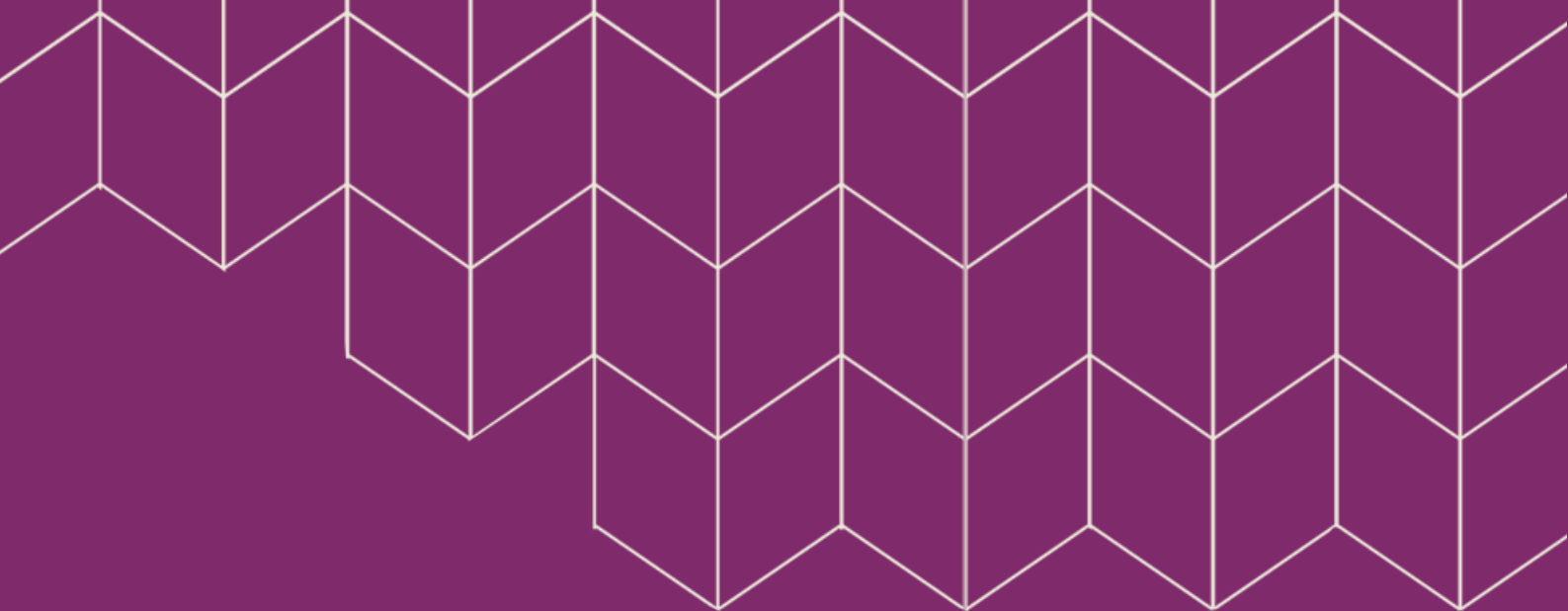
SESC - Serviço Social do Comércio.

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Quando reproduzido nos estados e municípios, referimos: "SISAN estadual"; "SISAN municipal".

UFAC - Universidade Federal do Acre.

SUMÁRIO

7	APRESENTAÇÃO
10	PERFIL DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
12	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
21	O LUPPA EM RIO BRANCO
29	LINHA DO TEMPO DAS ATIVIDADES REALIZADAS
30	RESUMO DAS ATIVIDADES REALIZADAS
72	INICIATIVAS QUE INSPIRAM
74	RECOMENDAÇÕES PARA O PROCESSO DE REATIVAÇÃO DA AGENDA DE SAN NO MUNICÍPIO
76	CONSIDERAÇÕES FINAIS
80	BIBLIOGRAFIA



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Esse relatório abrange as atividades realizadas pelo Laboratório Urbano de Políticas Alimentares (LUPPA), no período entre setembro de 2021 e novembro de 2022, junto ao município de Rio Branco, com o objetivo de auxiliar no processo de reativação da agenda de SAN na capital do Acre. O trabalho foi idealizado pelo Instituto Comida do Amanhã com correalização do ICLEI América do Sul, apoiado pelo Instituto Clima e Sociedade e pelo Instituto Ibirapitanga, contando com o imprescindível apoio da Prefeitura Municipal de Rio Branco, com destaque para as secretarias de: Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH), Meio Ambiente (SEMEIA), Agropecuária (SEAGRO), Planejamento (SEPLAN), Saúde (SEMSA), Educação (SEME), Desenvolvimento Econômico Tecnologia, Turismo e Inovação (SDTI) e Casa Civil.

Rio Branco, assim como muitas localidades ao redor do planeta, também está discutindo os riscos apresentados pelo cenário de mudanças climáticas e a importância de fomentar atividades que controlem as emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEE), seja na zona urbana com a questão das emissões oriundas do transporte (79%), ou zona rural, onde as mudanças do uso do solo são responsáveis por 96% das emissões (RIO BRANCO, 2020). Diante desse cenário complexo o município já possui um diagnóstico e está planejando as ações, nas palavras de uma servidora, “esse quadro requer um plano para poder trabalhar de forma controlada, incentivando a infraestrutura amiga do meio ambiente, de modo que se possa atender as demandas do município sem destruir, com a criação de estruturas que podem criar esse ambiente, reduzindo emissões, com um uso do solo mais eficiente e menos prejudicial dentro da gestão administrativa municipal”¹.

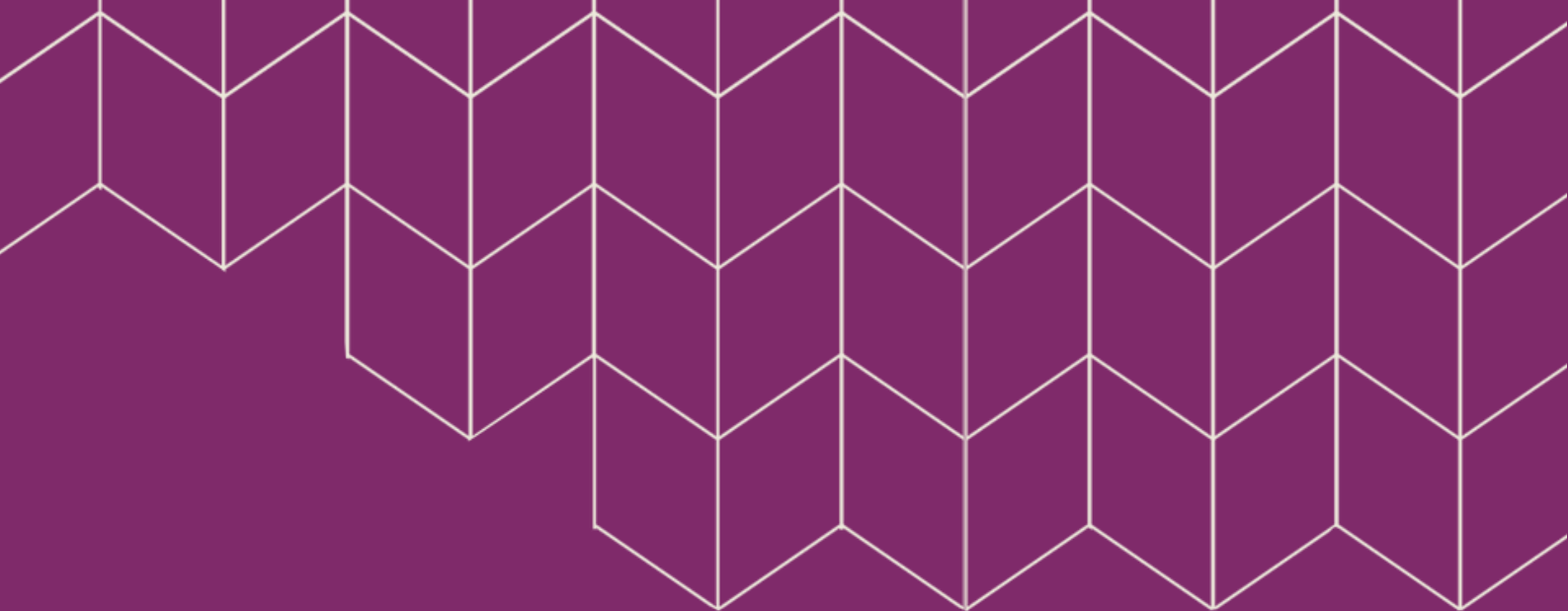
A questão ambiental tem seu inevitável destaque na atualidade, sobretudo pelo município situar-se na região amazônica. E os desafios se amplificam quando se leva em consideração as questões sociais, observando o aumento da fome

¹ Trecho de apresentação da servidora da SEMEIA, Ana Letícia, durante a Reunião Conjunta CONSEA e CAISAN Rio Branco do dia 01 de setembro de 2022.

e da pobreza no país, evidenciados pelo do recém lançado Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, elaborado pela Rede PENSSAN² que indica que mais de 33 milhões de brasileiros estão passando fome, sendo que as mulheres são as mais impactadas e as formas mais severas de insegurança alimentar (moderada ou grave) atingem fatias maiores da população nas regiões norte (45,2%) e nordeste (38,4%). Esse quadro é complementado por informações, que apontam que 69% da população do Estado do Acre enfrenta insegurança alimentar (INSAN) leve, moderada e grave. Diante da emergência social provocada pelo aumento da fome, é louvável que o município de Rio Branco esteja saindo à frente e retomando a agenda municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, no exercício da intersetorialidade e promovendo a participação social.

Além desta apresentação, este documento contém o histórico do LUPPA em Rio Branco, seguido de alguns dados sobre o município e, no detalhe, algumas informações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional em Rio Branco. Na sequência são apresentados alguns programas de interesse executados pela Prefeitura Municipal, além de um resumo das atividades que foram realizadas no processo de assessoria do LUPPA, com ênfase no processo de reativação da CAISAN e do CONSEA. Também foram incluídas algumas iniciativas promissoras, bem como recomendações para o avanço do processo de reativação da estrutura de governança em andamento. Finalmente, as considerações finais do trabalho e a bibliografia utilizada.

² Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>, acessado em 15 out. 22.

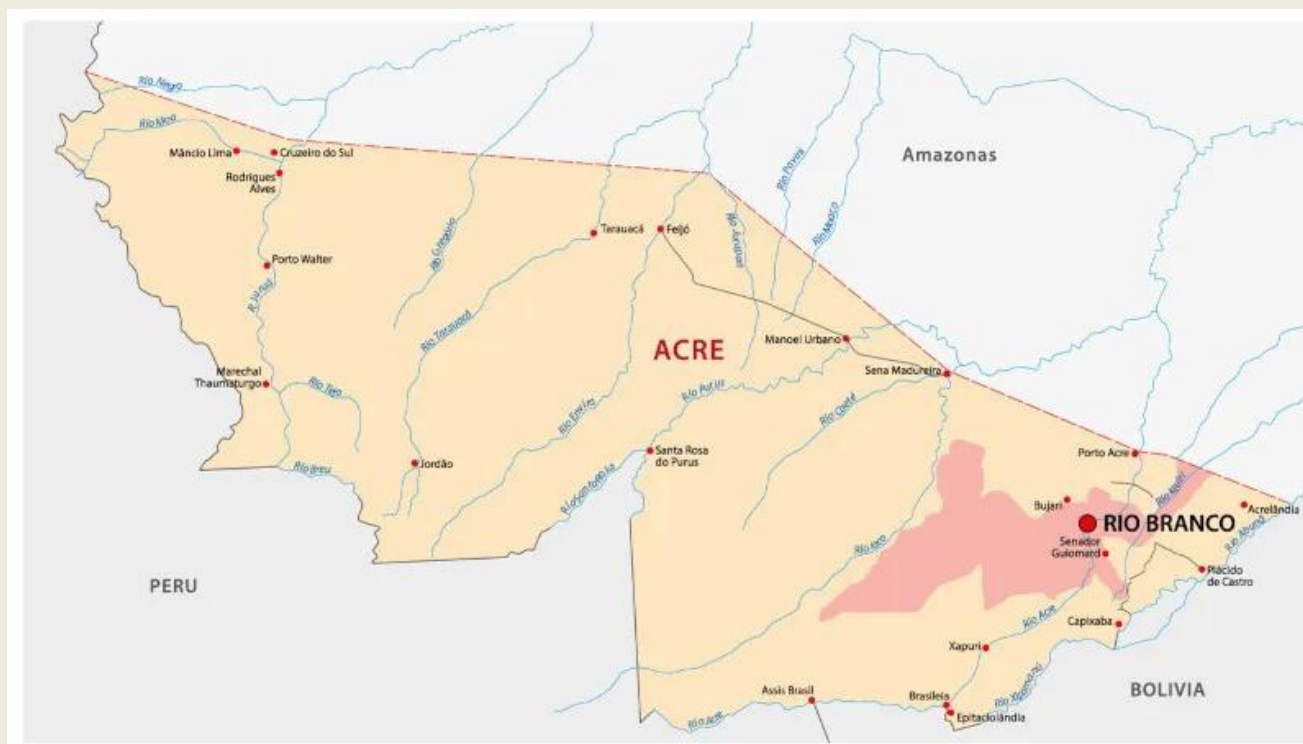


PERFIL DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

PERFIL DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

O município de Rio Branco é a capital do estado do Acre e está localizado na Amazônia ocidental brasileira e ao leste do Estado, tem uma população estimada em 419.452 habitantes³ e possui 8.835,154 km² de extensão territorial (o que corresponde a cerca de 5,4% do território acreano). O município integra a região administrativa do Baixo Acre, fazendo limite ao norte com os municípios de Xapuri, Capixaba e Plácido de Castro; a leste com Senador Guiomard; à oeste com Sena Madureira; e a noroeste com Porto Acre (Figura 1). Rio Branco abriga 46,2% da população acreana, sendo o município mais populoso do Estado do Acre. A taxa de urbanização é de 91,8% e a zona rural é habitada por somente 33.900 pessoas, que representam a maior população rural dos municípios do estado do Acre (RIO BRANCO, 2020; ACRE, 2017).

Figura 1 – Mapa do Estado do Acre, com destaque para o município de Rio Branco.



Fonte: Mundo Educação, disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/rio-branco.htm>, acessado em: 25 out. 22.

³ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ac/rio-branco.html>, acessado em 05 out. de 2022.

O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de Rio Branco aumentou consideravelmente de 0,485 (baixo) em 1991 para 0,727 (médio), em 2010. No período de 2010 a 2017, o PIB de Rio Branco cresceu 59%, passando de cerca de R\$ 5,12 milhões para R\$ 8,15 milhões. A organização econômica municipal possui destacada participação dos setores de Serviços, o qual representa 46,8%, seguido da Administração Pública, com 29%. A participação da Indústria e da Agropecuária representam somente 9% e 2%, respectivamente. Apesar do setor agropecuário contribuir com pouco mais de 2% do PIB municipal, Rio Branco concentra o maior plantel do rebanho bovino do Estado somando 290.253 cabeças, que representam 13,6% do total de bovinos do Acre, que totaliza 2.139.795 (RIO BRANCO, 2020).

Quanto ao Cadastro Único (CadÚnico), utilizado pelo governo federal para repasse dos programas sociais, o município de Rio Branco possui 65.452 famílias cadastradas desde julho de 2022, deste total, 43.971 famílias estão recebendo o Auxílio Brasil. Utilizando a média de 4 pessoas por família, temos o total de 261.808 habitantes em situação de vulnerabilidade social no município, o que totaliza 62,4% da população rio-branquense. Esse quadro desafiador serve de estímulo para o trabalho de reativação da agenda de SAN no município, que será efetivada com as articulações necessárias com vistas à elaboração do Plano Municipal de SAN.

Segurança alimentar e nutricional no município de Rio Branco

Rio Branco foi a primeira capital da região Norte a aderir ao SISAN, tendo o seguinte histórico de ações e marco legal regulatório:

- **2005:** Lei nº. 1.581, de 19 de dezembro – Criação do CONSEA-Rio Branco;
- **2006:** Implantação do Restaurante Popular;
- **2011:** Realização da Primeira Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- **2012:** Implantação do Banco de Alimentos;
- **2013:** Adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)

- **2013:** Inclusão e definição da coordenação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Município;
- **2014:** Decreto nº 412, de 03 de abril - Criação da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN – Rio Branco);
- **2014:** Decreto nº. 1.135, de 12 de setembro - Nomeia os titulares e suplentes para integrar a CAISAN Rio Branco;
- **2015:** Realização da Segunda Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- **2020:** Lei complementar nº 102, de 23 de dezembro - Estabelece a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Rio Branco - PMSAN.

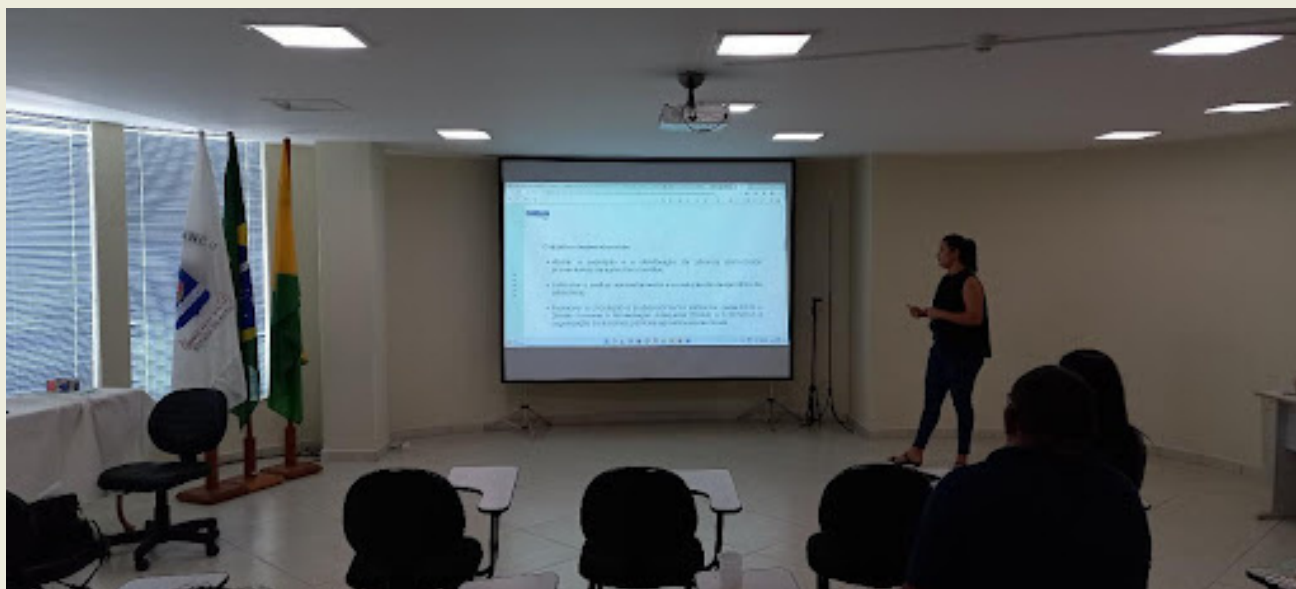
De acordo com informações do diagnóstico da SAN no município, elaborado pelo LUPPA e preenchido pelos técnicos das secretarias municipais, a agenda de SAN no município estava desarticulada, pois apesar de contar com os espaços de governança e executar as políticas públicas relacionadas ao tema, o CONSEA e a CAISAN estavam desativados. Sendo que o CONSEA era composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço do poder público, ficando a presidência a cargo da sociedade civil. O município de Rio Branco não conta com uma Frente Parlamentar de SAN ou semelhante na Câmara dos Vereadores e também nunca construiu um Plano Municipal de SAN.



Francine Xavier, coordenadora do LUPPA, durante abertura da reunião conjunta (CAISAN e CONSEA) do dia 01 de setembro de 2022. Foto: Marcos Catelli

Os técnicos da prefeitura não preencheram informações no diagnóstico sobre o monitoramento de aspectos da nutrição e vulnerabilidades dos munícipes, além de não incluírem questões de controle da segurança alimentar em cadastros / formulários aplicados aos usuários dos CRAS. Porém, mencionaram contar com a Lei nº 2.267 de 20 de dezembro de 2017, que “Institui a Campanha de Reeducação Alimentar nas Instituições de ensino infantil e ensino fundamental da rede pública e privada” como um programa de incentivo à alimentação saudável para a população infantil.

O município realiza o Programa Saúde na Escola, atuando em 24 escolas, sendo que duas delas não são prioritárias. Como programas de incentivo à alimentação saudável para população adulta, a Prefeitura trabalha com os Programas Nacionais: de Suplementação do Ferro e de Suplementação de Vitamina A, além do acompanhamento de grupos de sobrepeso e obesidade realizado em unidades de saúde.



Sergiane Costa - SASDH durante a apresentação na reunião conjunta (CAISAN e CONSEA) do dia 01 de setembro de 2022. Foto: Francine Xavier.

A cidade de Rio Branco possui um banco de alimentos, realizando doação de alimentos a 75 entidades sócio-assistenciais cadastradas e efetuando a compra da agricultura familiar, com destaque para o apoio oferecido pela CONAB. As verbas executadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são municipais. Rio Branco conta com um restaurante popular, que está

localizado no bairro Sobral, mas na época de preenchimento do diagnóstico, o restaurante não estava funcionando, pois encontra-se fechado desde o início da pandemia. Contudo, a partir de julho de 2022 a Prefeitura Municipal reabriu o restaurante, sendo gerido 100% com recursos próprios e atendendo o público inscrito no Cadúnico, servindo em média 500 refeições diárias. No restaurante também são realizadas compras diretas da agricultura familiar local e as refeições são elaboradas com atenção nutricional à alimentação saudável. No momento, o equipamento não tem realizado outros programas e funções (p.ex: cursos, feiras, hortas, levantamentos e atendimentos das necessidades dos usuários, etc), mas planeja realizá-los. O município não possui programa de cozinha(s) comunitária(s) tampouco programa municipal de transferência de renda.

O município possui 01 feira agroecológica no centro da cidade, que abrange 05 comunidades. Existem outras 43 feiras livres convencionais, situadas nos bairros do Benfica, Mutum, Moreno Maia, ramal Flaviano Melo (Estrada de Porto Acre) e Polo Wilson Pinheiro. Rio Branco conta ainda com 12 mercados municipais para comercialização da produção local, além da Central de Abastecimento de Rio Branco (CEASA). Porém, o município não fomenta ou concede incentivos a outras formas de circuitos curtos e compra direta de produtor local, por exemplo: Comunidade Sustenta Agricultura (CSAs), grupos de consumo direto, plataformas de venda online, etc.

O Plano Diretor do Município está sendo revisado, porém, não consta percentual de áreas destinadas à produção de alimentos (zona rural ou zona urbana destinada ao uso agrícola/pecuária). O município não possui conselho de desenvolvimento rural ou de agricultura urbana, nem o mapeamento de produtores familiares locais. Porém, embora a prefeitura não tenha o mapeamento de produtores, a SEAGRO no ano de 2020, atendeu 1.187 famílias com mecanização para atender a agricultura familiar do município. Dentre os principais cultivos/produtos da agricultura e extrativismo em Rio Branco, destacam-se no campo da agricultura: milho, mandioca e derivados, hortaliças (folhosas); no campo do extrativismo: açaí, castanha do Brasil e látex coagulado. Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do

Acre (EMATER-AC), 2 mil produtores rurais possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).



O secretário da agropecuária, Eracides Caetano, falando das ações da secretaria durante oficina para reativação da CAISAN, 07 de junho de 2022. Foto: Francine Xavier.

O número de cooperativas de produtores familiares / comunidades tradicionais no município é considerado baixo, sendo que poderia haver mais entidades. O sistema convencional é o principal modelo de produção vigente no município. O município possui legislação ou regulação de incentivo à agricultura urbana e periurbana, além de programa de hortas escolares. Esse programa trabalha em 20 escolas municipais que foram contempladas com hortas, entretanto, estão em fase de restauração, devido ao fato de que muitas delas ficaram comprometidas devido à ação do tempo. Do total das 20 escolas, 11 são do projeto piloto “Hortas e fazendinhas nas escolas”, das quais, 2 já estão em fase de implantação. A direção da escola é a responsável pela gestão das hortas, sendo que os principais produtos cultivados são hortaliças, contando com o envolvimento de pais e alunos na produção que é destinada para alimentação das crianças na merenda escolar.

O município possui programa de hortas comunitárias, promovendo a produção de hortaliças junto a 6 hortas comunitárias, contando com o envolvimento de moradores da comunidade atendida na produção da horta. As hortas estão situadas nos bairros: Edson Cadaxo, Wilson Ribeiro, Boa Vista, Mulateiro, Porto

Acre, Tucumã e são atendidas pela Gerência de Economia Solidária, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia, Turismo e Inovação (SDTI). A produção se destina para a comercialização e a Prefeitura oferece apoio no uso do espaço público, na doação de insumos e com treinamento para os responsáveis e interessados. Quanto aos treinamentos que são oferecidos, destaque para: Agricultura agroecológica, gestão orçamentária e empreendedorismo.



Trabalho com crianças na horta escolar. Foto: Marilu Rosa Aguiar.

Como exemplo de treinamentos que são ou que deveriam ser oferecidos aos produtores rurais, foram citados temas que envolvem a organização social (associativismo e cooperativismo), gestão orçamentária, boas práticas de produção (todas as culturas), olericultura, podas, cultivo de café, banana e mandioca. O município de Rio Branco não possui programa de incentivo à transição agroecológica e a assistência técnica é fornecida tanto pelo município por meio de secretarias, quanto pelos parceiros, citados pelo respondente do diagnóstico, como: EMBRAPA, SENAR e UFAC. Existem outros programas desenvolvidos pela prefeitura em apoio à produção de alimentos

locais, como: mecanização agrícola, cultivo protegido de hortaliças, produção de grãos, fruticultura tropical e pecuária leiteira.

O município de Rio Branco possui um total de 22.119 estudantes na rede pública sendo que a alimentação é toda produzida pelo município. Nas creches são oferecidas 03 refeições ao dia, na fase pré-escolar é oferecida 01 refeição ao dia. No ensino fundamental é disponibilizada 01 refeição ao dia e no período integral são oferecidas 03 refeições ao dia. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é disponibilizada 01 refeição ao dia. Na zona rural, muito embora o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) defina uma refeição ao dia, o município oferta 02 refeições, sendo que a elaboração dos cardápios da alimentação escolar é feita por nutricionista e atende exigências nutricionais do PNAE e regulamentações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Destaque para a inclusão de alimentos da cultura alimentar local na merenda oferecida às crianças.

Rio Branco não possui leis ou decretos que proíbam tanto a venda de bebidas açucaradas nas escolas, bem como de ultraprocessados. O município também não possui nenhum regimento legal para regular a propaganda ou ações comerciais de indústrias de alimentos. Porém, o município possui uma iniciativa de Educação Alimentar e Nutricional, trata do projeto de orientação alimentar nas escolas, que ocorre por meio de palestras para crianças e colaboradores, além de capacitação dos manipuladores e elaboração de cardápios com práticas de alimentos saudáveis e regionalizados, buscando oferecer uma alimentação diferenciada às crianças que requerem assistência alimentar e nutricional especial. Importante destacar as capacitações que são realizadas junto às merendeiras para evitar o desperdício e o aproveitamento integral dos alimentos.

O percentual de compra direta da produção familiar/de comunidades tradicionais no orçamento recebido pelo PNAE por parte do município está entre 30% e 50%, sendo que mais que a metade da compra direta vem da agricultura familiar do próprio município. As chamadas públicas de compra direta admitem propostas por detentores de DAP física (ou documento

substitutivo). Porém, não existe central de logística para apoiar a distribuição da produção familiar nas escolas municipais. O município faz contrapartida de 70% em relação à verba federal para o PNAE. A prefeitura não faz aquisição de produtos agroecológicos ou orgânicos certificados, além de não contar com legislação própria para obrigar a inclusão de produtos orgânicos/agroecológicos na alimentação escolar.



O prefeito de Rio Branco, Sebastião Bocalom, durante abertura da oficina para reativação da CAISAN realizada no dia 07 de junho de 2022. Foto: Marcos Catelli.

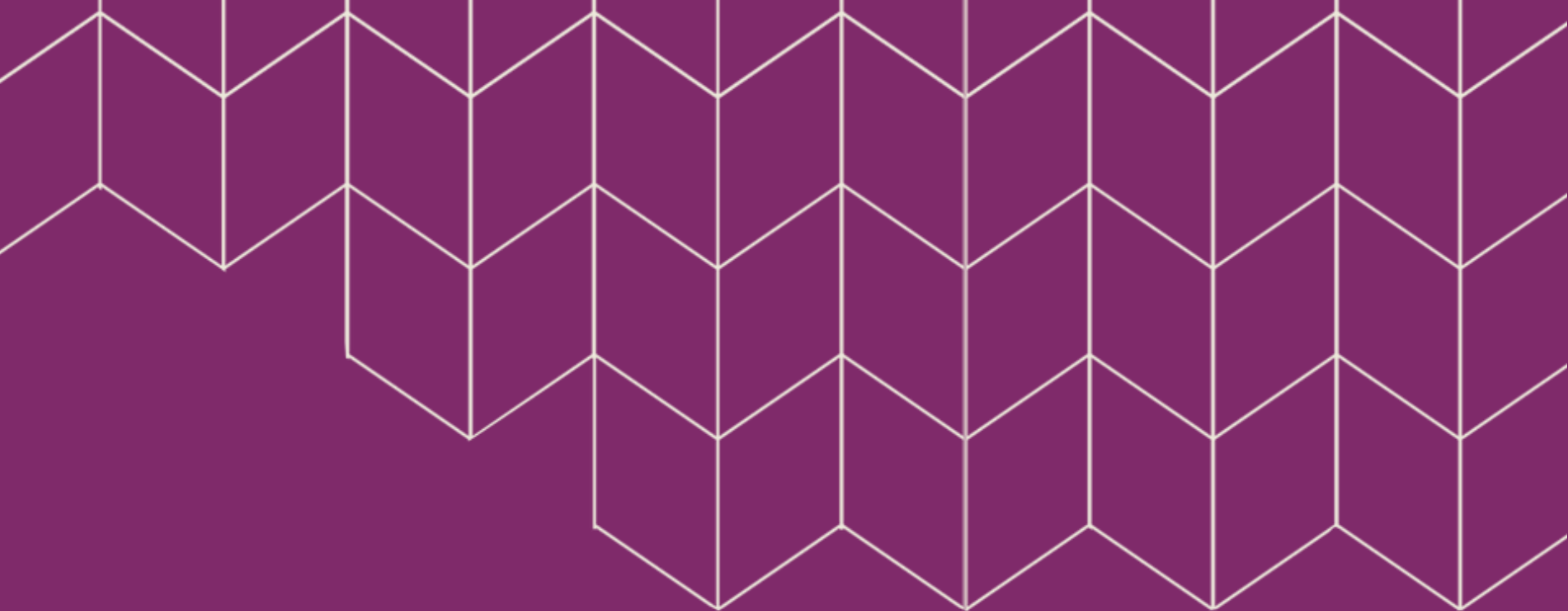
O fornecimento de refeições/ alimentos na rede de assistência social (CRAS, abrigos, casas de idoso, etc) é feito pela prefeitura e também é terceirizado. Mas o município não adquire (ou exige por contrato o fornecimento) alimentos da agricultura local e/ou orgânicos/agroecológicos. O município não possui programa para incentivar pagamentos por serviços ambientais, mas conta com um Plano de Resiliência - ou de Ação – Climática. Trata-se do Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima de Rio Branco, lançado em 2020 e que inclui um inventário de emissões de gases de efeito estufa, inclusive emissões relacionadas aos sistemas alimentares.

O município conta com iniciativas de restauração de áreas degradadas para uso agrícola e também realiza o controle e fiscalização do desmatamento da vegetação nativa. A cidade possui programa de compostagem relacionada à coleta de resíduo orgânico, sendo que o composto gerado é doado ao programa

de hortas da prefeitura. A prefeitura não oferece nenhum tipo de incentivo à separação de resíduos sólidos, nem possui coleta seletiva. O município também não possui nenhum tipo de incentivo fiscal relacionado a temáticas dos sistemas alimentares (p.ex. IPTU verde ou semelhante, redução de IPTU para produtores agroecológicos em área urbana, etc).



Membros da CAISAN e do CONSEA durante abertura da reunião conjunta, dia 01 de setembro de 2022.
Foto: Marcos Catelli.



O LUPPA EM RIO BRANCO

O LUPPA EM RIO BRANCO

O Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares - LUPPA, é uma plataforma colaborativa para apoiar e facilitar a construção de políticas alimentares municipais integradas, participativas, e com abordagem sistêmica.

Uma das missões do LUPPA é ampliar o número de cidades brasileiras que elaboram políticas estratégicas e plurianuais para a alimentação. Porque quando essas políticas são construídas de uma forma integrada, coerente, com participação social e uma visão sistêmica da alimentação; quando são estrategicamente planejadas e monitoradas, focadas nas dinâmicas territoriais; podem então entregar resultados efetivos, duradouros, legítimos e, portanto, eficazes. No LUPPA o conceito de política de SAN é adotado como política alimentar, não circunscrita ao âmbito da assistência ou desenvolvimento social, mas como uma estratégia maior de transformação do sistema alimentar em todos os seus aspectos. A nomenclatura SAN no entanto continuará sendo aplicada para facilidade de identificação de estruturas, marcos legais, e instituições já reconhecidas.

A construção de uma política de SAN eficaz demanda duas condições fundamentais: conteúdo sistêmico e governança.

Os conteúdos das políticas de SAN são ações que envolvem o caminho do alimento do campo ao prato, para atender as demandas legítimas da população e garantir o direito humano à alimentação. A Política - ou políticas - de Segurança Alimentar e Nutricional devem ser entendidas como políticas para o desenvolvimento do sistema alimentar, incluindo ações das áreas da saúde, clima e sustentabilidade, direitos humanos, educação, geração de renda, uso do espaço urbano, resiliência urbana, abastecimento alimentar, assistência social, agricultura, etc.

Já a governança visa garantir a intersetorialidade, participação social e monitoramento. No Brasil contamos com a estrutura típica de governança da

política de SAN criada pela LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - de 2006, que é espelhada nos e município, composta por:

- SISAN municipal - Sistema Municipal de SAN, com a definição dos entes e processos que conformam sua governança.
- CAISAN - órgão diretamente vinculado ao Prefeito, que congrega todas as pastas da administração municipal com temas afins a sistemas alimentares. É presidida por uma das Secretarias. Seus membros são os/as próprios/as Secretários e Secretárias. Usualmente define-se uma Câmara Técnica composta pelos/as gestores e gestoras técnicos das respectivas pastas que compõem a CAISAN.
- Conselho de SAN (CONSEA)- ente vinculado diretamente ao Prefeito ou à Secretaria que preside a CAISAN, composto por representantes da sociedade civil e das Secretarias que compõem a CAISAN, numa proporção que costuma ser de $\frac{2}{3}$ sociedade civil e $\frac{1}{3}$ governo. Apoia na definição das diretrizes gerais ou eixos norteadores da política de SAN.
- Conferência de SAN - evento realizado a cada 4 anos para consulta à população e às organizações das sociedade civil com interesses afins a sistemas alimentares, e definição das demandas legítimas que orientarão a política de SAN.
- Plano de SAN - elaborado pela CAISAN, em consulta ao Conselho de SAN, a partir das demandas colocadas pela Conferência de SAN.

A relação do LUPPA com o município de Rio Branco se inicia em setembro de 2021, quando o município se candidata para fazer parte de sua 1ª Edição. A candidatura foi assinada pelo prefeito municipal Sebastião Bocalom, sob a liderança do Secretário Municipal de Meio Ambiente à época, Normando Rodrigues Sales.

A equipe de Rio Branco participou do laboratório com assiduidade e desenvolveu o projeto Âncora - Hortas Pedagógicas de Aquaponia e Hidroponia nas Escolas - em fevereiro de 2022, apresentado pela servidora da SEMEIA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ana Letícia da Silva Rocha. Este projeto pretende trabalhar e fomentar a alimentação saudável e sustentável,

fortalecendo a relação da comunidade escolar nas perspectivas de colaboração e transformação do processo de formação dos hábitos alimentares infanto-juvenil, além de incentivar a aproximação com a educação ambiental e o respeito com o meio ambiente no uso pedagógico com hortas de hidroponia e aquaponia em escolas municipais.

A 1ª Edição do LUPPA, considerando a importância do território Amazônico na discussão de sistemas alimentares no Brasil e a relevância de uma assessoria para orientar a futura construção de Plano de SAN no contexto Amazônico, ofereceu um prêmio exclusivo para as cidades situadas na Amazônia Legal. Uma assessoria para apoiar a construção do Plano Municipal de SAN do município selecionado. Rio Branco optou por concorrer ao prêmio e foi contemplado.

O Plano Municipal de SAN é o plano da gestão municipal voltado para a promoção de saúde, sustentabilidade e justiça ao sistema alimentar local, com ações planejadas por diversas áreas da administração pública para garantir a oferta e o acesso a alimentos e à alimentação saudável para toda a população, a partir de produção e consumo sustentáveis, fortalecendo a economia local e dissipando desigualdades. Deve conter objetivos, ações, metas, indicadores, responsabilidades, dotação orçamentária e forma de monitoramento, e usualmente realizado com uma periodicidade de 4 anos.

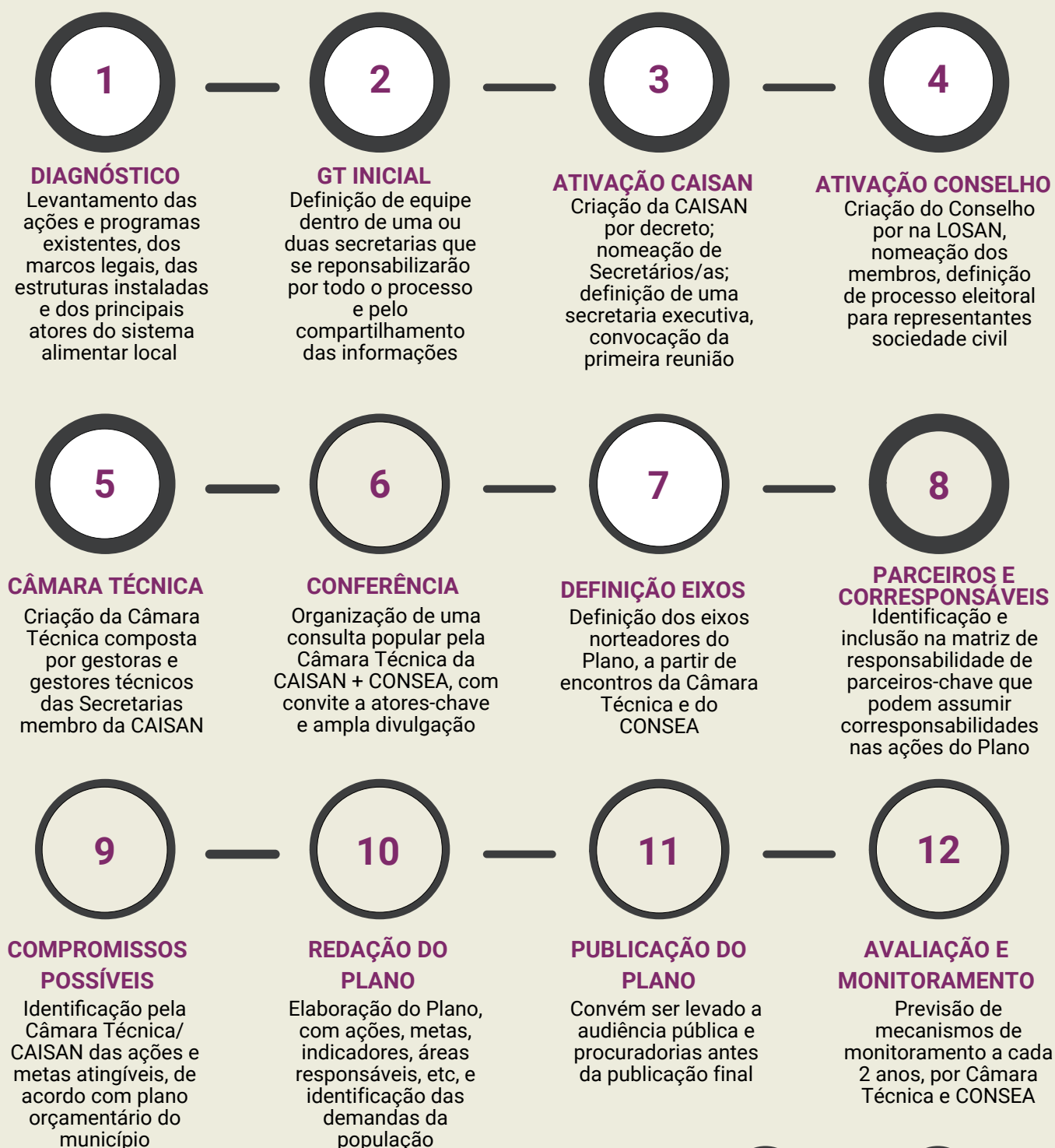
O objetivo da assessoria é construir o “plano para o Plano”, por meio do apoio na construção da estrutura de base na Prefeitura de Rio Branco para pensar e planejar a construção do Plano municipal de SAN, tendo como foco o “projeto âncora” apresentado ao LUPPA, que servirá como exercício da intersetorialidade e da participação necessárias para a construção do Plano e fortalecimento da Política de SAN municipal.

Neste caminho, a assessoria para construção do plano de SAN propôs a estruturação da governança, com a criação e ativação das formas e espaços de relacionamento e interação entre os atores necessários à construção do Plano. E propôs a apropriação de conteúdo, com o fortalecimento das ações e

iniciativas já existentes que entregam valor na construção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.

As etapas para construção do Plano de SAN e do Projeto Âncora foram propostas em acordo com a figura esquemática apresentada a seguir.

Figura 2 – Etapas da construção do Plano de SAN e do Projeto Âncora.



Fonte: LUPPA



Atuação
LUPPA



Projeto
Âncora

O apoio da assessoria do LUPPA para iniciar a estruturação do Plano SAN de Rio Branco, foi planejado para:

- Ativar a CAISAN (Secretários/as);
- Criar o GT inicial para organizar o processo de consultas e reuniões para o Plano de SAN, de elaboração de relatórios e planilhas, e a liderança do projeto âncora;
- Criar a Câmara Técnica da CAISAN com os técnicos/gestores das áreas correlatas nas secretarias membros da CAISAN;
- Apoiar a Câmara Técnica a realizar um diagnóstico das ações existentes na Prefeitura, das necessidades do território e da compreensão do caminho do alimento na cidade;
- Definir os eixos estratégicos do Plano de SAN para futura construção.

Através das seguintes atividades desenvolvidas em conjunto com a Prefeitura de Rio Branco, no período de março a novembro de 2022:

- Apoiar na definição com a(s) Secretaria(s) que liderará(ão) a CAISAN
- Apoiar na definição da equipe que formará o GT que conduzirá até o Plano de SAN
- Apoiar na articulação entre o GT e o CONSEA
- Apoiar na realização de 1 encontro/oficina com gestores e técnicos das secretarias envolvidas na CAISAN, para diagnóstico geral das ações existentes, demandas conhecidas e interação entre as equipes, com apresentação do projeto âncora = ativação da Câmara Técnica.
- Apoiar na realização de 1 encontro/oficina com membros da Câmara Técnica e representantes do CONSEA, parceiros (universidade, p ex, institutos técnicos, e eventualmente outros conselhos afins), para engajamento com as demandas já conhecidas e a estrutura de governança existente
- Apoiar a realização 1 encontro/oficina com a Câmara Técnica para revisar os aprendizados e iniciar processo de definição dos eixos norteadores e temáticas prioritárias

- Apoiar na realização de 1 encontro/oficina com a Câmara Técnica e representantes do CONSEA e parceiros, para iniciar diagnóstico das ações existentes, correlacionadas com as demandas legítimas, e ações a desenvolver, com definição dos eixos norteadores para o Plano de SAN
- Elaborar relatório de avaliação do processo realizado e indicativo das etapas seguintes para desenvolver a construção do Plano Estratégico de SAN

Assim, em março de 2022, iniciou-se a relação mais próxima do LUPPA com o município de Rio Branco, e no decorrer do trabalho foi possível visualizar aspectos no município relacionados à política de SAN, que demonstraram que a governança e a abordagem sistêmica das políticas de SAN haviam sido “instaladas” mas encontravam-se inativas e/ou desarticuladas naquela ocasião.

A existência dos espaços de articulação intersetorial e de participação da sociedade civil - CAISAN, criada pelo DECRETO Nº 412 DE 03 DE ABRIL DE 2014, e o CONSEA - instituído pela Lei Municipal no 1.581, de 19 de dezembro de 2005, somados à adesão de Rio Branco ao SISAN, e a instituição do marco legal da Política de SAN pela Lei Complementar nº 102/2020 de 23 de dezembro de 2020 que “dispõe sobre a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Rio Branco – PMSAN e dá outras providências.”, são exemplos disso. Some-se, ainda, a existência de equipamentos públicos como o Banco de Alimentos e o Restaurante Popular (reativado em julho de 2022).

As estruturas física e de governança existentes, acompanhadas do engajamento dos gestores municipais, foram os primeiros passos para que o trabalho da prefeitura, assessorada pelo LUPPA, lograsse um resultado satisfatório para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional na capital do Estado do Acre.

Linha do tempo das atividades realizadas

A partir de 2022 uma nova etapa se apresenta na relação do LUPPA com o município de Rio Branco, pois, com a premiação, a equipe do LUPPA passa a dialogar de forma mais constante com os representantes da prefeitura municipal e a partir de abril, a equipe passa a buscar algum profissional no município de Rio Branco que pudesse acompanhar mais de perto o processo de reativação dos instrumentos de governança da política municipal de SAN. Foram realizados diversos contatos com atores da sociedade civil envolvidos na agenda de SAN do estado. Inclusive ex-participantes do CONSEA Acre (inativo naquele momento) e envolvidos no processo de elaboração do Plano de SAN do Acre (não publicado até aquele momento).

Destaca-se o apoio oferecido por Vanda Matos, conselheira de assistência social e ex-chefe da Divisão de Segurança Alimentar do governo do Estado do Acre e Eduardo Amaral Borges (Cazuza), ex-membro do CONSEA Nacional e ex-presidente do CONSEA Acre, na ocasião da elaboração do plano de SAN do Acre (2017/2018). Foi assim que a partir de junho de 2022, durante a segunda rodada de atividades presenciais em Rio Branco, um novo integrante se juntou à equipe para contribuir com as atividades propostas pelo grupo de trabalho. O profissional selecionado para contribuir com o processo foi o engenheiro florestal Marcos Catelli, que possui ampla experiência sobre o tema da SAN, tendo elaborado o Plano Estadual de SAN do Acre (2017-2018), além de ter sido ex-conselheiro do CONSEA Acre por 2 gestões.



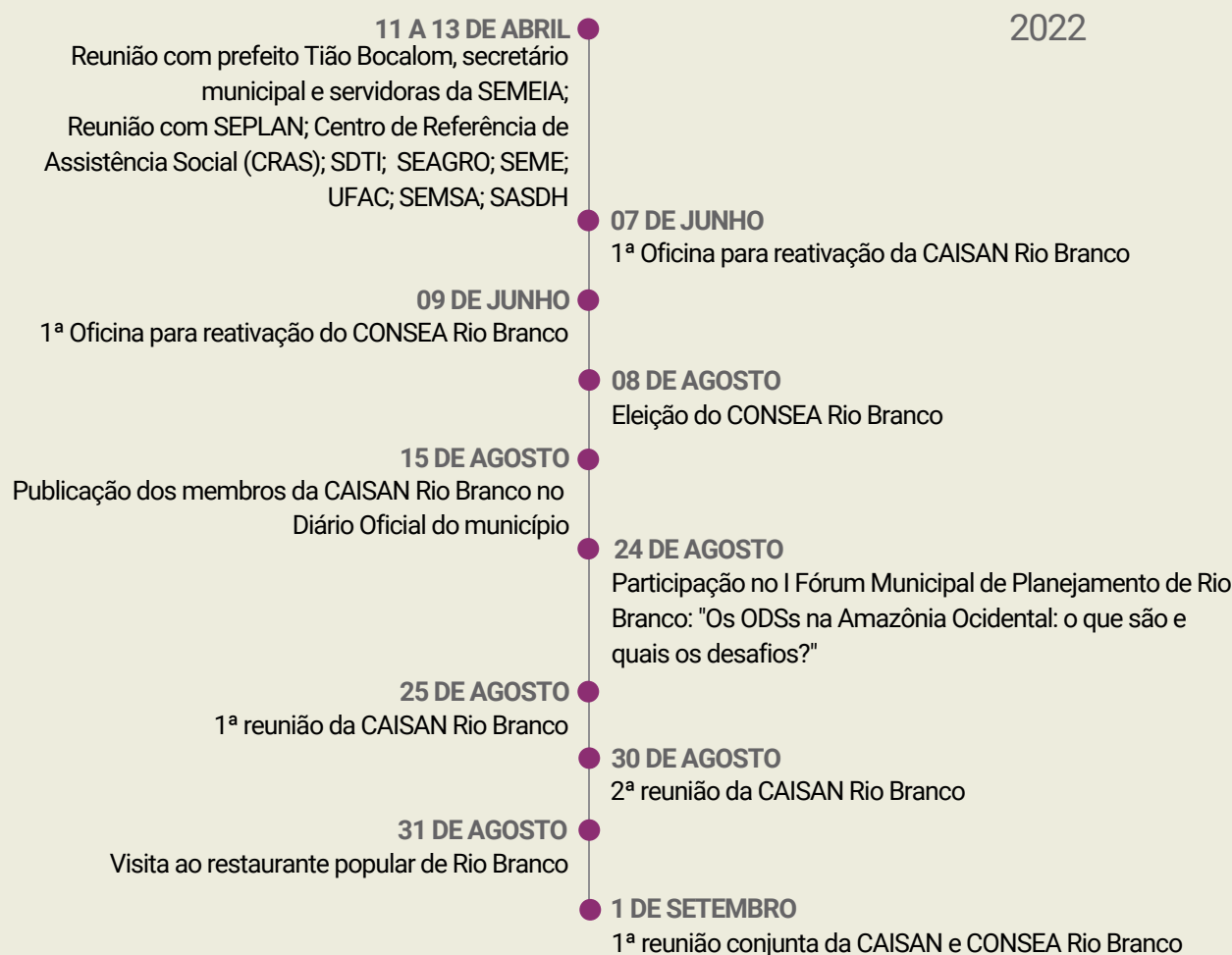
Registro da primeira reunião da CAISAN, 25 de agosto de 2022. Foto: Tadeu Menezes.

Assim, de forma a condensar o processo que aconteceu ao longo de 2022, segue abaixo a linha do tempo das atividades realizadas por representantes do LUPPA em parceria com o Grupo de Trabalho instituído pela Prefeitura de Rio Branco por meio da portaria 181/2022 de 27 de maio de 2022, composto por representantes da SEMEIA (Ana Letícia da Silva Rocha e Sheilly Raquelly Prado de Paula), da SASDH (Jefferson Barroso de Araújo e Sergiane dos Santos Costa) e da SEPLAN (Valdenir Cardoso Gomes de Melo Júnior e Geasy Martins Miranda, representados por Augusto Tadeu Menezes).

Em meio a esse processo apresentado na figura 3 foram realizadas reuniões virtuais s quinzenais, bem como contatos telefônicos e trocas de mensagens por meio de aplicativo (Whats app) visando coordenar os trabalhos para cumprir o prazo de lograr reativar os espaços da CAISAN e do CONSEA até o mês de setembro, data acordada com o município.

Figura 3 – Linha do tempo das ações do LUPPA em Rio Branco

LUPPA EM RIO BRANCO



Resumo de atividades realizadas

De forma a facilitar a sistematização e a compreensão do processo que foi realizado ao longo desses meses de trabalho, foram destacados alguns pontos principais dos 10 eventos acima descritos, que foram realizados pela Prefeitura Municipal de Rio Branco, organizados com apoio do LUPPA.



Auditório da oficina de preparação da reativação do CONSEA, com representantes do poder público e da sociedade civil, no dia 09 de junho de 2022. Foto: Marcos Catelli.

Visita do LUPPA à Rio Branco

A primeira visita do LUPPA ao município de Rio Branco ocorreu entre os dias 11 e 13 de abril de 2022 e foi realizada pela coordenadora do LUPPA, Francine Xavier. Ao longo dos 3 dias de trabalho em Rio Branco foram realizadas diversas reuniões com objetivo de conhecer melhor a realidade da capital acreana no tocante às ações e a política de SAN. A primeira atividade no dia 11 de abril foi uma reunião com o Prefeito Tião Bocalom, a qual também contou com a participação do Secretário Municipal de Meio Ambiente, Carlos Alberto Nasserla, que havia assumido na semana anterior. Na ocasião, o prefeito Tião Bocalom agradeceu a premiação e entendeu como uma oportunidade para Rio Branco “sair na frente” e construir seu plano de SAN. Também estavam presentes representantes das secretarias de meio ambiente, educação, saúde, planejamento, assistência social, Universidade Federal do Acre (UFAC) e representantes da antiga composição do CONSEA.

Francine Xavier, representante do LUPPA, agradeceu a presença do prefeito e todos os demais participantes, parabenizou o município pela premiação: Assessoria para Construção do Plano de SAN de Rio Branco, pela elaboração do Projeto Âncora e pelo engajamento dos servidores.

Ressaltou a importância do território Amazônico na discussão de sistemas alimentares no Brasil e a relevância de uma assessoria para orientar o Município a elaborar políticas estratégicas e plurianuais para a alimentação de forma integrada, com participação social, visão sistêmica da alimentação e foco nas dinâmicas territoriais. E assim, viabilizar a entrega de resultados efetivos, duradouros, legítimos e, portanto, eficazes.

Concluiu que conteúdo sistêmico e governança são condições fundamentais para elaborar uma política de SAN eficaz.

Detalhou conteúdo sistêmico das políticas de SAN como: ações que envolvem o caminho do alimento do campo ao prato, para atender as demandas legítimas da população e garantir o direito humano à alimentação. E citou como exemplos de conteúdos:

- Promoção e fomento da produção alimentar local; da agricultura urbana; e dos circuitos curtos de distribuição de alimentos, fortalecendo cooperação com os municípios do entorno;
- Utilização do poder da compra institucional de alimentos para atingir metas de alimentação saudável e sistema sustentável;
- Garantia de alimentação escolar saudável, de cadeia sustentável;
- Promover educação alimentar e nutricional nas escolas, inclusive com uso de hortas como ferramenta pedagógica;
- Estímulo a feiras livres, feiras agroecológicas, feiras direto do produtor;
- Combate ao desperdício e promoção da compostagem, adotando o conceito da circularidade;
- Regulação inteligente das atividades relacionadas ao sistema alimentar para ampliar acesso à alimentação e valorizar a produção sustentável;

- Geração de renda e ocupação com atividades de produção e distribuição de alimentos;
- Combate à insegurança alimentar e apoio à democratização do acesso ao alimento saudável e sustentável em todo o território.

Detalhou também a estrutura típica de governança da política de SAN (espelhando para os municípios a estrutura nacional criada pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional de 2006).

- LOSAN municipal - marco legal de criação do Sistema Municipal de SAN.
- SISAN municipal - Sistema Municipal de SAN, com a definição dos entes e processos que conformam sua governança.
- CAISAN - órgão diretamente vinculado ao Prefeito, que congrega todas as pastas da administração municipal com temas afins a sistemas alimentares. É presidida por uma das Secretarias. Seus membros são os/as próprios/as Secretários e Secretárias. Usualmente define-se uma Câmara Técnica composta pelos/as gestores e gestoras técnicos das respectivas pastas que compõem a CAISAN.
- Conselho de SAN (CONSEA)- ente vinculado diretamente ao Prefeito ou à Secretaria que preside a CAISAN, composto por representantes da sociedade civil e das Secretarias que compõem a CAISAN, numa proporção que costuma ser de $\frac{2}{3}$ sociedade civil e $\frac{1}{3}$ governo. Apoia na definição das diretrizes gerais ou eixos norteadores da política de SAN.
- Conferência de SAN - evento realizado a cada 4 anos para consulta à população e às organizações da sociedade civil com interesses afins a sistemas alimentares, e definição das demandas legítimas que orientarão a política de SAN.
- Plano de SAN - elaborado pela CAISAN, em consulta ao Conselho de SAN, a partir das demandas colocadas pela Conferência de SAN. É o plano da gestão municipal voltado para a promoção de saúde, sustentabilidade e justiça ao sistema alimentar local, com ações planejadas por diversas áreas da administração pública para garantir a oferta e o acesso a alimentos e à alimentação saudável para toda a população, a partir de produção e consumo sustentáveis, fortalecendo a economia local e dissipando

desigualdades. Deve conter objetivos, ações, metas, indicadores, responsabilidades, dotação orçamentária e forma de monitoramento, e usualmente realizado com uma periodicidade de 4 anos.

Apresentou o objetivo da assessoria como um “plano para o Plano”. Ou seja, apoio na construção da estrutura de base na Prefeitura de Rio Branco para pensar e planejar a construção do Plano municipal de SAN, tendo como foco o “projeto âncora” apresentado ao LUPPA, que servirá como exercício da intersectorialidade e da participação necessárias para a construção do Plano e fortalecimento da Política de SAN municipal.

E detalhou a proposta de auxiliar a Prefeitura a identificar os primeiros passos para a elaboração do Plano Estratégico de SAN, ao mesmo tempo em que executa o projeto âncora. Por meio das seguintes atividades a serem desenvolvidas em conjunto com a Prefeitura de Rio Branco:

- Apoiar na definição com a(s) Secretaria(s) que liderará(ão) a CAISAN
- Apoiar na definição da equipe que formará o GT que conduzirá até o Plano de SAN
- Apoiar na articulação entre o GT e o CONSEA
- Apoiar na realização de 1 encontro/oficina com gestores e técnicos das secretarias envolvidas na CAISAN, para diagnóstico geral das ações existentes, demandas conhecidas e interação entre as equipes, com apresentação do projeto âncora = ativação da Câmara Técnica.
- Apoiar na realização de 1 encontro/oficina com membros da Câmara Técnica e representantes do CONSEA, parceiros (universidade, p ex, institutos técnicos, e eventualmente outros conselhos afins), para engajamento com as demandas já conhecidas e a estrutura de governança existente
- Apoiar a realização 1 encontro/oficina com a Câmara Técnica para revisar os aprendizados e iniciar processo de definição dos eixos norteadores e temáticas prioritárias

- Apoiar na realização de 1 encontro/oficina com a Câmara Técnica e representantes do CONSEA e parceiros, para iniciar diagnóstico das ações existentes, correlacionadas com as demandas legítimas, e ações a desenvolver, com definição dos eixos norteadores para o Plano de SAN
- Elaborar relatório de avaliação do processo realizado e indicativo das etapas seguintes para desenvolver a construção do Plano Estratégico de SAN

Como encaminhamentos deste encontro, a prefeitura municipal definiu que irá realizar uma consulta jurídica para definir se pode alterar a coordenação da CAISAN, além de definir quem fará parte de um grupo de trabalho para tratar dessa reativação da CAISAN. Também foi deliberado a necessidade de envolver outras secretarias, e como pastas a serem convidadas foram definidas as secretarias: de Educação, de Agropecuária, de Direitos Humanos e Assistência Social, de Planejamento e Saúde. Sendo deliberado que a partir das conversas iniciais, já seriam feitos convites para participação da CAISAN.

No segundo dia de trabalho (12/04) foi a vez de conversar com as Secretarias Municipais de Planejamento (SEPLAN), de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia, Turismo e Inovação (SDTI), além de servidores do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Na oportunidade, os servidores da SEPLAN mencionaram que são eles os responsáveis pelos planos de governo e planos municipais, como o Plano de Mitigação das Mudanças Climáticas, Plano de governo e PPA. Ao que eles sugeriram convidar o Departamento de Economia Solidária da SDTI, pois possuem verba aprovada para implantação de hortas nas escolas. Os servidores mencionaram no campo da SAN o trabalho com hortas urbanas, um trabalho terapêutico, como o Projeto piloto mundo Azul que trabalha com autistas, além do Projeto Sol Nascente que realiza atendimento social a crianças vítimas de abuso.

Os servidores também indicam que por se tratar do tema de políticas alimentares, esse trabalho precisa envolver a Secretaria de Direitos Humanos, citando a servidora Sergiane Costa, que é nutricionista e coordena o Banco de Alimentos, possuindo recurso final para esse trabalho. Os servidores destacam

que na Lei Orçamentária Anual (LOA) municipal estão previstas reformas na administração, visando reorganizar a estrutura, sendo que o desenvolvimento econômico, turismo, ciência e inovação saem da agricultura. Assim, a agricultura vira agropecuária que “engloba” agronegócio e agricultura familiar. Citam ainda um projeto de melhorias em 2.000 km de ramais (estradas vicinais), não asfaltados. Sendo que 460 km já sofreram manutenção e o plano é que a Rodovia TransAcreana seja asfaltada para ajudar no escoamento da produção.

Os servidores municipais destacam que a SEPLAN foi criada para pensar projetos e captar recursos para a gestão municipal, além de realizar o monitoramento e gerenciamento de projetos e consideram relevante o fato de criar indicadores para ter parâmetros de medição das ações e projetos. Argumentam ainda que foi contratada uma consultoria para realizar o levantamento de informações e a Secretaria de Finanças (SEFIN) possui informações dos planos de ação que foram priorizados pelo prefeito.



Membros do poder público municipal durante apresentação da premiação do Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares (LUPPA). Foto: Assecom.

No mesmo dia ocorreu também uma reunião com a Secretaria Municipal de Educação (SEME), que tem utilizado recursos da prefeitura por meio da SEAGRO para trabalhar com hortas escolares. Foi realizado um pedido de dispensa de licitação (sem licitação enquanto licita) para fazer um projeto piloto

com 3 escolas, sendo 1 creche com a participação dos pais por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), 1 creche de ensino infantil e 1 creche de ensino infantil e início do fundamental. As escolas que foram escolhidas já tiveram ou têm hortas, sendo que a seleção se baseou na vontade das escolas. Inicialmente vão trabalhar com 2 escolas rurais e 9 urbanas e as atividades começarão com uma casa de vegetação, um canteiro com cobertura (sombrite e lona), canteiro de alvenaria, além de hortas medicinais e animais (pequeno porte, galinha, etc). O objetivo do trabalho é implantar as hortas como ambiente de produção orgânica para alimentação saudável, realizar práticas agroecológicas, incentivando a educação integral, a economia circular, fazer compostagem. A proposta é sensibilizar a comunidade, conscientizar com consciência escolar e incentivar este modelo para escolas e pais.

Outra reunião ocorreu com a Universidade Federal do Acre (UFAC), com a coordenadora do Curso de Nutrição, uma professora de Saúde Pública e a Coordenadora do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE). As professoras citaram um projeto de segurança alimentar e nutricional, contemplado em dezembro de 2021 para assessorar e fiscalizar 10 dos 22 municípios. Mencionam que o FNDE e nutricionistas do estado têm sinalizado dificuldades e que é preciso apoiar as prefeituras, os agricultores e as universidades.

Durante a reunião foi oferecido à Coordenadora do Curso de Nutrição a oportunidade de contar com alunos ou professores participando da construção do plano de SAN. Ela sinalizou que ocorreram outras experiências que foram interrompidas no meio por mudanças na gestão municipal. Ela sugere que qualquer acordo envolva gestores concursados, para diminuir o risco de descontinuidade das ações. Assim, ela se mostrou um pouco reticente e sugeriu que buscássemos apoio com a pró-reitoria da Universidade.

A reunião com a SEAGRO contou com a participação da divisão de Apoio e Segurança Alimentar e Nutricional, do Núcleo de Produtos Orgânicos e do Departamento de Apoio à Produção. Os servidores aproveitaram a visita e mostraram o Mercado do Produtor (onde funciona a SEAGRO).

Na oportunidade, foi realizada uma visita de campo para apresentar uma horta comunitária, sendo administrada por uma produtora familiar que recebe apoio técnico e de comercialização da prefeitura. A lavoura era convencional (com utilização de agrotóxicos), com couve, algumas hortaliças e árvores de cupuaçu. A agricultora recebeu muito bem a visita, informou que sustentou os filhos, que hoje vivem na cidade, e não querem ser agricultores.



Equipe da prefeitura e coordenadora do LUPPA durante visita à agricultora. Foto: Francine Xavier.

No dia 13 de abril a reunião ocorreu com a Secretaria Municipal de Saúde, que possibilitou uma ampla perspectiva da SAN no município de Rio Branco. Um exemplo é a informação que o PNAE ainda não atinge os 30% de aquisição de produtos da agricultura familiar local. Segundo os servidores, a cooperativa recebe parte da agricultura familiar do município e pega o restante com cooperativas de fora, sem o fortalecimento do mercado local. Eles mencionam que já foi criado um projeto para apoiar a produção local, mas um grande desafio está no campo dos transportes porque precisa de estrutura, carros frigoríficos, pois não há armazenamento de passagem é tudo entregue direto às

prefeituras. Os servidores mencionam que durante a pandemia foram entregues cestas básicas com não perecíveis a 100 escolas do município. Entregaram 30 a 40 mil cestas básicas na época da pandemia, dividido em 3 ou 4 espaços.



Servidores da secretaria municipal de saúde e de meio ambiente durante reunião com a coordenadora do LUPPA. Foto: Francine Xavier.

Outro programa citado, foi o Programa Saúde na Escola (PSE), que trabalha com medição de sobrepeso e obesidade. Deveriam ser 10 nutricionistas pela lei do PNAE, no entanto são apenas 3. Os cardápios sazonais devem ser elaborados com priorização dos produtos da biodiversidade local, regionais locais e os testes de aceitabilidade foram muito positivos. Quanto ao combate a obesidade existem projetos dentro do CRAS, que promovem concursos educativos de pratos coloridos, os nutricionistas falam das propriedades dos pratos. “Plantando saúde na escola, escola rural”. Os servidores acreditam que enquanto as crianças estão aguardando nos equipamentos de saúde, deve-se promover ações de combate à obesidade, pois possuem dados sobre estilo de vida, equipamentos e estado da alimentação. Outra frente de trabalho da secretaria são as linhas de cuidado, trabalhando com sobrepeso e obesidade nos espaços de saúde municipal. Vão começar com as unidades da Família, verificando as necessidades. São mais de 80 unidades no município, sendo que no Segundo Distrito, parte mais carente da cidade, tem uma unidade/nutricionista referência de 3 unidades.

A última reunião foi realizada junto a secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, membros da sociedade civil e a presidente da última gestão do CONSEA Municipal que estava com o mandato vencido. A equipe da Secretaria de Assistência Social havia assumido recentemente e estava ainda se organizando, programando contratações, iniciaram com a contratação de 10 nutricionistas. A secretaria se disponibilizou a conduzir a retomada da CAISAN e a coordenação do CONSEA. Representantes do movimento social abordaram a necessidade de retomar as reuniões para iniciar a retomada do CONSEA.



Servidores da secretaria de assistência social e direitos humanos e secretaria de meio ambiente e sociedade civil durante reunião com a coordenadora do LUPPA. Foto: Francine Xavier.

Primeira oficina de reativação da CAISAN

A primeira oficina de reativação da CAISAN ocorreu em Rio Branco no dia 07 de junho de 2022, no Auditório da Associação dos Municípios do Estado do Acre (AMAC). Por se tratar da primeira atividade coletiva realizada com apoio do LUPPA, mobilizando o tema da segurança alimentar e nutricional no município, estiveram presentes servidores e titulares das 8 pastas do poder público municipal que estão relacionadas ao tema, a saber: SASDH, SEAGRO, SEMEIA, SEPLAN, SDTI, SEME, SEMSA e Casa Civil.

A programação envolveu a abertura com caráter político, realizada pelo prefeito Tião Bocalom, que fez questão de prestigiar o evento, enaltecendo o apoio do LUPPA e destacando as ações realizadas pela prefeitura buscando fortalecer a

produção local de alimentos saudáveis em benefício da saúde e da SAN da população rio-branquense. Na sequência foi a vez dos secretários ou representantes das secretarias demonstrarem como as ações desenvolvidas por suas pastas estão conectadas ao tema da SAN. Finalmente, a programação encerrou com uma atividade em grupos de trabalho, onde os representantes de diversas secretarias puderam trabalhar coletivamente, realizando o primeiro exercício de articulação intersetorial.

O trabalho em grupo foi realizado por meio da divisão de todos os presentes em três grupos contando com 7 participantes cada, sendo 1 membro do comitê técnico de cada secretaria diferente. O trabalho em grupo foi motivado com uma pergunta orientadora: **Como podemos cooperar entre secretarias para criar novos e/ou potencializar projetos/agendas existentes de Segurança Alimentar e Nutricional?** Após o trabalho em grupo, representantes dos 3 grupos foram ao plenário apresentar o que foi discutido entre os participantes dos grupos.

As discussões dos grupos variaram um pouco, mas ficaram concentradas principalmente em torno do tema das Hortas, sejam elas comunitárias (ocupando os vazios urbanos) ou até mesmo nas escolas e postos de saúde. Sobre esse projeto de hortas comunitárias nos espaços públicos, a ideia é que elas possam: Fomentar a economia local; conscientizar as famílias sobre alimentação saudável e combate a perdas e desperdícios; auxiliar no resgate da cultura agrícola, aumento do plantio e consumo de frutas; suprir necessidades nutricionais das crianças; inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade social e reaproveitamento de espaços públicos. E como possíveis ações, foram sugeridas:

1. Treinamentos e capacitações - parcerias com UFAC, IFAC, SEAGRO e Embrapa;
2. Fortalecer o trabalho com associações, cooperativas de produtores;
3. Mapeamento de espaços públicos disponíveis, a SEINFRA poderia colaborar;
4. Incentivar a reintrodução de alimentos locais, valorizar a produção local;
5. Promover a diversificação de alimentos, diferentes fontes de nutrientes;
6. Realizar campanhas de divulgação (placas) para a população se inserir mais;

7. Realizar educação nutricional e financeira (SEME);
8. Realizar escoamento da produção das hortas em feiras comunitárias;
9. Expansão para mais feiras na cidade;
10. Fortalecimento da diversidade de produtos da agricultura familiar comercializados via PNAE.

Outras propostas interessantes que vieram do trabalho em grupo, envolvem o trabalho de pensar em indicadores e metas para vincular ao Plano Plurianual (PPA) do município, trabalhando o orçamento com base nos ODSs, além de vincular assistência técnica às ações produtivas propostas.

A fala final de encerramento da oficina foi do representante da SASDH Jefferson Barroso de Araujo, motivando os presentes para participação na CAISAN e, também de forma preparatória para a oficina de reativação do CONSEA, na quinta-feira (09/06), ressaltando a importância de receber bem os representantes da sociedade civil, associações, ONGs e receber as propostas que surgirem para aprimorar as políticas públicas municipais de SAN.



Representantes do grupo 1 durante apresentação em plenária da oficina de reativação da CAISAN, 07 de junho de 2022. Foto: Francine Xavier.

A programação ocorreu da forma planejada e, de forma geral, os participantes puderam entender a importância da reativação da CAISAN para a articulação e a cooperação entre secretarias com vistas ao fortalecimento da agenda de segurança alimentar e nutricional (SAN) no município de Rio Branco. Como

próximos passos para reativação, ficou encaminhado a necessidade de definição dos nomes de cada pasta do poder público municipal que irão compor a CAISAN, para assim realizar a publicação do decreto em diário oficial, indicando também a presidência e a secretaria executiva. Para então, seguirem com a agenda de encontros e articulações necessárias para o bom andamento da agenda de SAN no município, com a realização da conferência municipal e definição dos eixos norteadores para construção do Plano Municipal de SAN.

Primeira oficina de reativação do CONSEA

A primeira oficina para recomposição do CONSEA ocorreu em Rio Branco no dia 09 de junho de 2022, no Auditório da Associação dos Municípios do Estado do Acre (AMAC). A atividade contou com 29 participantes, sendo 16 representantes do poder público municipal (SEMEIA, SEAGRO, SEME, SEMSA, SASDH, SDTI, SEPLAN, Banco de Alimentos, Restaurante Popular), 8 da sociedade civil (Programa Mesa Brasil-SESC, Federação de Religião de Matriz Africana do Estado do Acre, CERNEGRO, Centro Cultural Novarese, APAE, Amigos do peito, Conselho Regional de Nutricionistas e Educandário Santa Margarida, 3 de instituições de ensino superior (Instituto Federal do Acre (IFAC), Coordenação do Curso de Nutrição (UFAC), Curso de Nutrição - Estácio Unimeta) e 2 do governo federal (Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A programação contou com uma mesa de abertura, com representantes da SASDH, SDTI, SEMEIA e Francine Xavier, diretora do Instituto Comida do Amanhã e representante do Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares (LUPPA).

O diretor de assistência social da SASDH Jefferson Barroso de Araujo abriu a reunião e em nome da prefeitura gratificou o trabalho da Francine e do LUPPA junto ao município de Rio Branco. Reforçou o exercício intersetorial entre as secretarias e também a tarefa de observar as necessidades que têm como prefeitura, a responsabilidade com a população em realizar as políticas públicas. Destacou também a importância de se fazer isso com a sociedade civil organizada, com atores que vivem a realidade, a sociedade civil participando e com a reabilitação do conselho é uma oportunidade muito boa.

Jefferson deu as boas-vindas aos representantes da sociedade civil, em nome do prefeito Tião Bocalom. Reforçando que estão animados com o momento, com a gestão da prefeitura conseguindo revisar políticas públicas importantes como o Restaurante popular, que será reaberto pela prefeitura, uma decisão da gestão, assumindo inclusive o controle do cardápio. Para ele, o desafio aumenta já que não existe política federal no momento que trate do tema da fome e miséria.

Francine iniciou destacando o grande prazer em estar em Rio Branco, apoiando essa articulação junto à prefeitura. Mencionando que as ações de SAN envolvem o caminho do alimento até o prato, visando atender as demandas legítimas da população e garantir o direito humano à alimentação adequada (DHAA). Francine apresentou alguns exemplos de conteúdos/ações/políticas de SAN. Citou a questão dos dados do relatório do PENSSAN, sobre a situação da insegurança alimentar no Brasil. Reforça que Rio Branco sai na frente ao reativar as instâncias que organizam as políticas de SAN. Apresenta a estrutura típica de governança da política de SAN (espelhando para os municípios a estrutura nacional criada pela Losan). A representante do LUPPA destacou como fundamental a parceria entre sociedade civil e governo para o sucesso da agenda de SAN. Falou das etapas do processo que já aconteceram, o LUPPA está atuando em Rio Branco desde o ano passado, começaram apoiando o diagnóstico e a Prefeitura criou um grupo de trabalho (GT) para dar continuidade ao processo. Após essa etapa, o GT se preparou para fazer a ativação da CAISAN, do CONSEA e da câmara técnica.

Após a mesa de abertura e a fala dos representantes, Sergiane Costa - Chefe da Divisão de Apoio a Segurança Alimentar e Nutricional da SASDH fez uma fala sobre a recomposição do CONSEA do município de Rio Branco e o lançamento do edital para credenciamento das organizações da sociedade civil para posterior eleição do Conselho e a reativação dos trabalhos. Sergiane destaca que durante a pandemia, o município passou por um estágio de insegurança alimentar, com o quadro de fome aumentado, por isso mais do que nunca os gestores precisam investir nessas políticas para garantia do DHAA. Ao término de sua fala, foram convidados os membros representativos das associações,

entidades e instituições para uma fala de 2 minutos cada, sobre onde e como atua, quais são os pontos de contato com a prefeitura.



Mesa de abertura do evento, durante apresentação de Francine Xavier, 09 de junho de 2022. Foto: Marcos Catelli.

As manifestações dos representantes da sociedade civil e membros do poder público reforçaram as falas anteriores sobre a urgência do momento, com a retomada da fome em todo país e a grande oportunidade que a prefeitura está aproveitando para retomar essa agenda da SAN com apoio do LUPPA. Cada organização da sociedade civil apresentou um pouco do seu trabalho e dos desafios que enfrentam para manutenção de suas entidades, os quais foram agravados pelo contexto da pandemia de Covid-19. Um representante da sociedade civil, Pai Ronaldo Teles, membro da Federação de Religiões de Matriz Africana do Estado do Acre destacou o fato de que as organizações não estão participando, questionando o porquê dessa situação, “será que não acreditam mais nisso?” Ressaltou ainda que na reunião tem poucas organizações presentes, com predominância de instituições governamentais e considera muito estranho, pois em suas palavras “já começa errado”. O representante analisa com estranheza o fato de predominância do setor governamental e acredita que deveria ser o inverso, ele espera que se o CONSEA for reativado, não seja ocupado somente pelo governo e a sociedade civil ficar desamparada, sem espaço para participação.

No fechamento da primeira parte da oficina, Jefferson Barroso diretor da SASDH, refutou o que foi apresentado pelo Pai Ronaldo, enfatizando que conta com as entidades, em toda a pluralidade das organizações religiosas para difundir as informações com as igrejas e templos. E reforçou que para reabilitar o CONSEA tem que chamar a sociedade civil e muitas entidades não foram, muita associação que não estava sabendo. Porém, salientou que o governo municipal está reabilitando os conselhos, nesse recorte de direitos humanos, para reaproximar todos. Fez um apelo a todos os gestores para que deixassem o debate fluir, desde o que for orientativo, até ramais, alimentação, saúde, etc. E recebam o que os representantes da sociedade civil passarem, relatarem, sem amarras, sem preconceito, para que as políticas públicas possam acontecer.

Na continuidade dos trabalhos ocorreu a divisão dos participantes em 5 grupos, contando com 7 participantes cada. O trabalho durou cerca de 1 hora e foi motivado com uma pergunta orientadora: **Como a Sociedade Civil e a Câmara Técnica da CAISAN podem cooperar para atender as demandas legítimas da população e garantir o direito humano à alimentação? Quais são as prioridades?**

O grupo 1 refletiu sobre algumas situações, como o fato das feiras grandes, como a Expoacre focarem muito na pecuária, o que na perspectiva dos membros deveria ser revertido para mais investimentos na produção local, da agricultura familiar. Outra avaliação trata do restaurante popular, que na visão dos membros do grupo, deixa muitos bairros periféricos de fora. O grupo elencou algumas propostas de trabalho, colocando a CAISAN em destaque e conectado ao CONSEA, com as seguintes secretarias municipais identificadas: SEAGRO, SDTI, SEMEIA, SASDH, além da UFAC. As propostas apresentadas pelo grupo, foram: i) Estimular e diversificar a produção e escoamento da produção; ii) Promover o revezamento das safras; iii) Estimular e diversificar técnicas de cultivo; iv) Estabelecimento de feiras da agricultura familiar como apoio à comercialização/produção; v) Campanhas de aproveitamento alimentar, com oficinas para aproveitamento integral de alimentos. Facilitar a participação, com incentivos visando a questão da SAN; vi) Trabalhar a diversidade do cardápio escolar - diversificar a oferta de produtos; vii) Promover a Educação Alimentar e

e Nutricional (EAN) em locais estratégicos – escolas, comunidades, aliado à educação ambiental, compostagem; viii) Incentivar a utilização de compostos para fabricação de ração, visando diminuir o gasto do produtor; ix) Instalação de cozinhas comunitárias; x) Implantação e utilização de hortas em diversos pontos da cidade.



Membros do grupo 2 apresentando resultados do trabalho em grupo, 09 de junho de 2022. Foto: Francine Xavier.

As discussões do grupo 2 focaram em dois grandes temas: O escoamento da produção e organização/estruturação do Banco de alimentos. Para o primeiro tema, destacaram as ações: execução de projetos de extensão; treinamento de funcionários; suporte das Instituições de Ensino; criação de associações de produtores e transporte e raspagem de ramais. No segundo grande tema destacado pelo grupo, organizar / estruturar Banco de Alimentos, foram propostas ações que contemplam: capacitação de produtores para produção local; apoio técnico; criação de documentos técnicos; reativação de locais de coleta; dados de empresas que descartam alimentos – SEMEIA. O grupo identificou e priorizou o tema da dificuldade de escoamento da produção de pequenos agricultores, em ramais de difícil acesso, pois isso atinge diretamente na produção e distribuição, abastecimento de alimentos.

O grupo acredita que é preciso fortalecer os produtores para facilitar o escoamento da produção, promovendo o fortalecimento de feiras e incentivo ao

comércio local. Indicam que as instituições de ensino, universidades podem contribuir trazendo respaldo técnico, ou apoio técnico aos agricultores, com outras técnicas inovadoras para melhorar a produção. A SEMEIA pode trabalhar com a compostagem, fazer adubo orgânico e levar isso para os agricultores. Na garantia de infraestrutura para o escoamento, o grupo apontou a raspagem e melhoria dos ramais, facilitando o acesso e o transporte. Quanto ao fortalecimento da organização dos produtores rurais, o grupo acredita que o trabalho com associação de produtores é mais viável, uma vez que oficializam pedidos para prefeitura e ao invés de ser individual, a associação pode fortalecer os produtores para reivindicar, escoar a produção. Outras ações propostas são realizar capacitações com produtores rurais para fomentar o comércio local, em feiras grandes, ou pequenas. Destacam a relevância de garantir espaços da própria comunidade, barracão para acolhimento dos produtores, ou ponto de apoio da sociedade – em igrejas, ou outros pontos de apoio.

Quanto ao segundo grande tema identificado pelo grupo 2, a estruturação e organização do Banco de Alimentos, foram elencadas as necessidades de apoio, tendo como foco principal o suporte de instituições de ensino superior, com assessoria em documentos, elaboração de fluxogramas, formar isso através de suporte técnico das instituições de ensino. Já que os funcionários terceirizados precisam de treinamento, suporte, apoio de projetos, criação de documentos técnicos. Destacam também a reativação de locais de coleta de alimentos, sendo que muitos locais descartam alimentos no lixo, sugerem que a SEMEIA realize o mapeamento desses locais, pois isso é interesse do banco de alimentos para evitar o desperdício, tem muitas empresas que descartam alimentos no lixo. O grupo acredita que se trata de um trabalho grandioso, realizar o mapeamento de vulnerabilidade dessas instituições que estão participando, quem está precisando, do que?

Os representantes do grupo 3 definiram algumas prioridades para ação, quais sejam: Inclusão de uma nova disciplina extra-curricular para criação de um programa de hortas escolares, onde a manutenção faria parte da disciplina. O grupo indica que com a proposta de criação de uma disciplina extracurricular,

com hortas, esse projeto pode auxiliar também no desenvolvimento de outras disciplinas, como biologia e química. O grupo também propôs a ideia de criar incentivo para os alunos, uma espécie de pontuação. Para a sociedade civil o grupo pensou em alguns incentivos, tais como: a criação de campanhas de alimentação alternativa (utilizando produtos regionais); no caso de beneficiários do Auxílio Brasil e membros da APAE trabalhar com hortas domiciliares (Prefeitura oferta os primeiros grãos) e se o produtor continuar o plantio, terá descontos nos impostos.

O incentivo a campanhas de alimentação alternativa foi pensado para ampliar o consumo de produtos regionais, como o açaí. Para a sociedade civil, especificamente beneficiários do Auxílio Brasil, famílias com filhos na APAE ou que necessitam desse incentivo, foi proposta a ação de fomento às hortas domiciliares com uma espécie de acompanhamento com pais nas escolas e a prefeitura oferecendo os primeiros grãos (sementes). A proposta é realizar um levantamento na rede escolar e se a família fizer plantios, ganha descontos em impostos, pensaram em realizar um monitoramento (visitação) mensal pra verificar se está dando sequência, para que tenha direito aos descontos. Utilização desta estratégia como recurso pedagógico e terapêutico, que não envolvem verbas surreais, mas a proposta é ensinar as crianças a compartilhar, ter seu próprio tempo.



Grupos 1, 2 e 3 trabalhando para responder a pergunta orientadora, durante primeira oficina para recomposição do CONSEA, 09 de junho de 2022. Foto: Marcos Catelli.

O grupo 4 trouxe um conjunto de ações (prioridades) em conexão com 5 eixos definidos pelo grupo:

1. **Economia Solidária**: atividades como feirinhas para arrecadar recursos econômicos, seja das próprias hortas ou dos produtores.
2. Criar **consciência social e política** através de grupos de adolescentes e jovens. Criar escolas de cursos profissionalizantes; atender necessidades, para acabar com o assistencialismo.
3. Incentivar o **voluntariado** através de conscientização, sensibilização. Não pode o governo dar tudo, sociedade civil tem que fazer a sua parte e a sociedade está querendo participar.
4. Dar **continuidade aos projetos**, decretando-os como programas, com prioridade de programas. Para evitar que cada vez que muda de gestão, muda tudo.
5. **Educação**: Implantação de hortas com assistência técnica e acompanhamento pedagógico pode possibilitar diversas atividades como: geração de renda, incentivar o empreendedorismo, com a participação do público alvo, contando com mutirões; potencial de conscientizar sobre o valor de uma horta para produção de alimentos saudáveis e alimentação saudável; plantio de mudas; produção de adubo orgânico, produção de verduras.

O grupo reforçou que “a alimentação é nossa vida, se você se alimenta bem, os cofres públicos não têm tanta despesa. Na nossa própria casa, deve ter alimento saudável”. Destacaram também a produção de hortaliças, como atividade pedagógica, trazendo questões como: “o que significa ter boa alimentação, plantar. A importância de criar curso para ajudar o povo a plantar”. Segundo Teresa: “O povo vai ao supermercado, mas quem sabe plantar? Precisamos de alimento saudável, pois os alimentos que vem de fora são muito contaminados, exemplo: tomate”.

Ressaltaram também os desafios, como a demora, burocracia. E nesse contexto, acabam se concentrando na urgência de ter alimentos na escola. O grupo relatou que estão realizando algumas ações, como levar baldes para

recolher resíduos orgânicos, para viver o processo passo-a-passo. O grupo avaliou que o projeto pode envolver a comunidade escolar, professoras/es, pais e disponibilizar assistência técnica, trabalhar com as disciplinas. Reforçaram que pretendem ampliar para outras escolas, mas precisam de recursos, citaram que estão contando com emendas parlamentares. O grupo analisou que o projeto vai chegar a outras creches, promovendo e incentivando a alimentação saudável, na escola e nas famílias. Apontaram ainda que é preciso acabar com o assistencialismo, a ideia de que “não é dar tudo”, as escolas que foram escolhidas, corresponderam a critérios, como: por que uma horta? Trata-se de um trabalho feito junto com nutricionistas, resgatando a importância de relacionar a alimentação com a saúde.

O grupo 5 identificou alguns pontos fortes e desafios no campo da Segurança Alimentar no município de Rio Branco. Como desafios, foram destacados aspectos relacionados à: certificação orgânica; educação e saúde nas escolas; incentivo às cooperativas; fortalecimento e reconhecimento da cadeia produtiva local; certificação e capacitação dos manipuladores de alimentos; fomento à agricultura familiar; educação agrária nas escolas urbanas e rurais; festival de agricultura; incentivo à regionalização; subsídio para compra de mudas e insumos para introdução de novos alimentos; escoamento de produção; SISVAN – coleta de dados para diagnósticos locais; incentivo à bacia leiteira; solo pobre; lutar pela tradição alimentar regional; incentivo à pesquisa; sopões comunitários; participação de órgãos de controle e sociedade civil; desenvolver a indústria de alimentos no município e construção de silos para estoque de alimentos.

Como pontos fortes da agenda de SAN no município e a articulação com a sociedade civil, foram destacados: banco de alimentos; mesa Brasil; hortas comunitárias; hortas e fazendinha escolares; divulgação dos serviços nas Unidades Básicas de Saúde (UBS); restaurante popular; compra institucional da indústria local e da agricultura familiar; feiras livres; banco de leite materno; grande bacia hidrográfica; incentivar e subsidiar equipamentos de irrigação e agrícolas.



Membros do grupo 5 conversando sobre a pergunta orientadora, 09 de junho de 2022. Foto: Marcos Catelli.

No detalhamento da apresentação, o grupo destacou alguns aspectos relacionados à produção de alimentos, em temas como a certificação orgânica, relatando que existem leis que permitem o pagamento mais alto para produtos certificados como orgânicos e reforçou que a SEAGRO deve se atentar para criar certificação. Ainda nesse campo, relatou que a prefeitura vem ampliando o fomento à agricultura familiar, mas considera importante agregar subsídio para introdução de novos alimentos nesse fomento e dar destaque para produtos com alto valor agregado, exemplo: produção de pitaías. Citou também a existência de grande variedade de hortaliças, “podemos ampliar, sem perder a regionalidade”.

Sobre aspectos relacionados à infraestrutura, relatou que a produção de milho e soja foi recorde no estado, mas não havia silo onde guardar a produção. Os silos estavam em construção, ainda sem capacidade de estocar e por isso produtores tiveram que vender mais barato para outros locais, como Rondônia, pois a demanda local foi totalmente suprida. Além disso, apontou a importância de subsidiar equipamentos agrícolas para o pequeno e médio produtor, como exemplo: para irrigação na melancia.

Ainda na produção de alimentos, o grupo destacou que é preciso dar voz ao produtor em associações/cooperativas, pois uma coisa é vender sozinho e outra é junto com outros produtores, aumenta a possibilidade de vender para

fora do estado. Destacou que o solo do Acre é pobre e não serve para produção de grãos, e propôs que sejam realizadas pesquisas para análise de viabilidade. Citou que Embrapa, Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio (SEPA), a assistência técnica e pesquisas poderiam estar mais presentes, em locais mais longínquos. Chamou a atenção para aspectos alimentares culturais que precisam ser fortalecidos nos lares, como o consumo de frutas nas regiões rurais, uma tradição que vem sofrendo desgaste com o processo de globalização, a perda de hábitos alimentares saudáveis, como alimentação com galinha de cabidela e mugunzá. O grupo avaliou que a produção cresceu, mas muita coisa vem de fora, sendo o Estado do Acre ainda pobre na produção de alimentos. Como desafio apontou a ampliação da produção e a compra institucional desses alimentos.

Para o grupo, é preciso fortalecer a cadeia produtiva local, pois a indústria de alimentos gera emprego e renda local. Por isso deve-se incentivar a compra de produtos feitos aqui no estado, para o recurso ficar no território. Destacam a importância das compras institucionais para garantir isso. E questionam, como pode o Acre sendo produtor de farinha, comprar de fora? Sugerem ainda a ampliação de festival de produtos locais como milho e maracujá, e criar datas festivas como incentivo à produção. Além do incentivo a bacia leiteira, pois o Acre já teve 6 ou 7 laticínios, hoje faliram e perderam a produção local, de muitos produtos que podem vir dessa indústria (Leites, queijos, manteiga, etc). E acrescenta a perda de qualidade, quando se compra o produto de caixinha, com produtos químicos e não compra o produto local.

O grupo valoriza algumas experiências exitosas, que ocorrem em alguns locais da cidade: como a distribuição dos sopões, pois apesar de serem ações pontuais, são exitosas, já que “a fome dói, causa angústia, desespero e, como diz a célebre frase do Betinho quem tem fome, tem pressa”. Nesse campo, destacaram o restaurante popular; o banco de alimentos, que auxiliam diversas instituições; o banco de aleitamento materno; o projeto de hortas nas escolas do governo Bocalom, que prevê até o trabalho com formas geométricas, colocando a “mão na massa”. Avaliaram ainda que é importante valorizar o alimento sem pesticidas, orgânico.

Quanto à integração dos temas de educação e saúde nas escolas, o grupo indicou que o processo está evoluindo, mas os desafios ainda são grandes. Sendo que a nutrição é um tema curricular transversal. Indicaram que com a coleta de dados do SISVAN, as secretarias municipais de saúde e educação podem coletar informações sobre as crianças e como o poder público pode atuar, sendo que esse trabalho nunca funcionou como deveria. O grupo avalia como importante o trabalho de controle exercido pela sociedade civil, ressaltando que o CONSEA não foi criado ainda, mas esse “pontapé que foi dado” é importante para garantir o CONSEA mais forte do que era.

A programação ocorreu da forma planejada e, de forma geral, os participantes da sociedade civil tiveram a oportunidade de entender a proposta da prefeitura municipal de Rio Branco em parceria com o LUPPA para preparar as entidades que poderão compor o CONSEA com vistas ao fortalecimento da agenda de segurança alimentar e nutricional (SAN) no município de Rio Branco.

Como próximos passos da reativação do CONSEA, ficou acordado que a prefeitura deve encaminhar a publicação do decreto em diário oficial, indicando o prazo para candidatura de entidades da sociedade civil que tenham interesse em participar do Conselho, para assim, definir os membros do conselho e seguirem com a agenda de encontros e articulações necessárias para o bom andamento da agenda de SAN no município, com a realização da conferência municipal e definição dos eixos norteadores para construção do Plano Municipal de SAN.



Francine Xavier orienta trabalho em grupo durante oficina para reativação do CONSEA, 09 de junho de 2022. Foto: Marcos Catelli.

Eleição do CONSEA

A eleição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) Rio Branco ocorreu no dia 08 de agosto na sede dos Conselhos Municipais de Assistência Social. O processo de eleição de organizações da sociedade civil para recomposição do CONSEA do município de Rio Branco iniciou com a publicação do Edital de Convocação no diário oficial municipal no dia 23 de junho. Em virtude do baixo número de organizações que se apresentaram para composição do Conselho, o edital foi republicado no dia 18 de julho, com previsão para cadastramento das entidades até o dia 04 de agosto. A reunião do dia 08 de agosto compreendeu, portanto, a segunda etapa do edital de reativação do Conselho e iniciou por volta das 14h00, com a acolhida das organizações da sociedade civil pela coordenadora da sede dos Conselhos, Cherlany, o diretor da SASDH e presidente da Comissão do Processo de Eleição do CONSEA/RB, Jefferson Barroso, com o apoio do Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares – LUPPA. O presidente da Comissão do Processo de Eleição também realizou a abertura e moderação da oficina.

Na primeira etapa, cadastraram-se 08 organizações da sociedade civil, a saber:

1. Associação Amigos do Peito, 2. Associação de Certificação Sócio Participativa (ACS Amazônia), 3. Centro Cultural Novarese, 4. Conselho de Alimentação Escolar do município (CAE), 5. Conselho Regional de Nutrição da 7ª Região (CRN7), 6. Educandário Santa Margarida, 7. Sesc Mesa Brasil e 8. União Municipal das Associações de Rio Branco (UMARB). Destas instituições, apenas as duas primeiras organizações (ACS Amazônia e Amigos do Peito) não compareceram à eleição.

Na reunião também esteve presente uma entidade que não havia enviado os documentos para habilitação no prazo previsto no edital (04/08). Trata-se do Sindicato dos Extrativistas e Trabalhadores Assemelhados de Rio Branco (SINPASA), que segundo os seus representantes, receberam uma mensagem equivocada da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre (FETACRE) solicitando que eles fossem até a reunião no dia 08 de outubro na sede dos conselhos, porém, sem mencionar a necessidade de cadastramento prévio da entidade. O representante do sindicato lamenta a falha na comunicação, mas

reforça que a participação dos trabalhadores do campo é fundamental para o tema da segurança alimentar e nutricional, pois sem produção agrícola não há alimentação. O presidente da Comissão concorda com o sindicalista na questão da produção e reforça que apoiar a produção local é o grande objetivo do governo municipal, mas lamenta que sem o credenciamento a entidade não poderia participar da eleição.

Dando sequência aos trabalhos, o presidente considerou importante valorizar a presença dos representantes na eleição e abriu a fala para que cada representante apresentasse a sua organização. Assim, cada participante realizou a apresentação de sua entidade, dando enfoque aos trabalhos que são realizados, a relação com a segurança alimentar e nutricional e os desafios que são encontrados no dia-dia. Após a apresentação de todas as organizações, o presidente da comissão encaminhou a eleição das 6 entidades presentes, sendo que os 3 representantes da prefeitura que farão parte do CONSEA Rio Branco serão: Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH), Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e Secretaria de Educação (SEME).

Sendo assim, a programação ocorreu conforme previsto no edital, sendo oficialmente reativado o Conselho Municipal de SAN de Rio Branco (CONSEA/RB), com a eleição das 06 organizações da sociedade civil habilitadas no processo eleitoral e presentes na reunião.



Entidades da sociedade civil durante reunião para eleição de entidades para recomposição do CONSEA, 08 de agosto de 2022. Foto: Marcos Catelli.

Como próximos passos para reiniciar as atividades do CONSEA, as organizações devem definir os membros do conselho para prefeitura encaminhar a publicação do decreto em diário oficial, para assim, seguirem com a agenda de encontros e articulações necessárias para o bom andamento da agenda de SAN no município, com a realização da conferência municipal de SAN e definição dos eixos norteadores para construção do Plano Municipal de SAN.

Publicação dos membros da CAISAN no diário oficial

No dia 15 de agosto de 2022 foi publicado no Diário Oficial Municipal (nº 13.349), o decreto nº 1.201 de 12 de agosto de 2022, o qual “Institui e Nomeia os membros da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, no âmbito do município de Rio Branco – Acre”. Após a publicação deste edital, está oficialmente reativado o espaço da de articulação das políticas e ações de SAN na gestão pública municipal. De acordo com o edital, os membros ficaram definidos da seguinte maneira:

I. Secretaria Municipal da Casa Civil a) Valtim José da Silva – Titular b) Francisco Jociel Marques da Silva – Suplente c) Sara Pereira da Silva Ribeiro – Suplente	II. Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN a) Neiva Azevedo Tessinari – Titular b) Tadeu Augusto Menezes Junior - Suplente c) Alexandre Silva de Souza – Suplente
III. Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SASDH (Presidência) a) Marfisa de Lima Galvão – Titular b) Jefférson Barroso de Araújo - Suplente c) Sergiane dos Santos Costa – Suplente	IV. Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMEIA (Sec. Executiva) a) Carlos Alberto Alves Nasseralla – Titular b) Ana Letícia Rocha da Silva - Suplente c) Luzimar de Oliveira Lima – Suplente

V. Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA a) Sheila Andrade Vieira – Titular b) Maria das Graças Lima dos Santos – Suplente c) Maria Tereza Mont'alverne de Oliveira – Suplente	VI. Secretaria Municipal de Educação – SEME a) Nabiha Bestene Koury – Titular b) Marilu Rosa Aguilar Fernandez - Suplente c) Daiane da Silva Martin – Suplente
VII. Secretaria Municipal de Agropecuária - SEAGRO a) Eracides Caetano de Souza – Titular b) Manoel Marcos Matias - Suplente c) Francis James Rodrigues de Oliveira – Suplente	VIII. Secretaria Municipal de desenvolvimento Econômico, Turismo, Tecnologia e Inovação - SDTI a) Neiva Azevedo da Silva Tessinari – Titular b) Fabíula Santos Moreira - Suplente c) Rossiane Silva Boaventura Caruta – Suplente

Participação do LUPPA no I Fórum municipal de planejamento de Rio Branco

Durante os dias 22 a 24 de agosto de 2022, foi realizado pela Prefeitura de Rio Branco/AC por meio da Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN, o I Fórum Municipal de Planejamento - Os ODSs⁴ na Amazônia Ocidental: O que são e quais os desafios? O evento ocorreu na sede do SEBRAE/AC, em Rio Branco e atraiu representantes de diversas áreas da gestão pública municipal. A importância do encontro ocorre, considerando que no ano de 2016, o Brasil aderiu a Agenda 2030 e em 2018 a Prefeitura Municipal de Rio Branco/AC aderiu aos ODS. Além disso, em 2022 o município realizou a primeira reunião da Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que pautará suas ações conforme as 17 metas globais dos ODSs.

⁴ No ano de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU), propôs uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos, a Agenda 2030, composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que possuem o objetivo de assegurar a dignidade, acabar com a pobreza, lutar contra a desigualdade, favorecer a soberania plena e permanente sobre toda a sua riqueza, seus recursos naturais e sua atividade econômica.



Marcos Catelli, assessor do LUPPA durante apresentação no I Fórum Municipal de Planejamento e os ODS, 24 de agosto de 2022. Foto: Valdenir.

O Fórum visou promover um debate com as instituições públicas, privadas e sociedade civil sobre as políticas de planejamento público do município de Rio Branco/AC, difundindo a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) para melhorar a vida da população de Rio Branco, garantindo dignidade, geração de emprego e renda e sustentabilidade ambiental, social, cultural, tecnológica e econômica. Foi realizada a Oficina Desenvolvimento Econômico Local (DEL) do “Programa Cidades Empreendedoras”, que elaborou o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico Local. Também foi apresentado o Projeto de Lei do Orçamento da Criança e do Adolescente do Município de Rio Branco (OCAM) e ocorreram o lançamento das Consultas Públicas para Construção da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2023 e para Elaboração do Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas de Rio Branco/AC.

A Prefeitura de Rio Branco inseriu um espaço na programação, denominado de: “Construção do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional de Rio Branco”, para que o LUPPA apresentasse o processo de reestruturação da agenda de SAN no município de Rio Branco. A apresentação, além de relatar o processo em curso e conectá-lo ao marco legal do SISA e a garantia do DHAA, buscou-se evidenciar a conexão do tema dos sistemas alimentares com os ODS e a

oportunidade oferecida pelo evento em colocar o tema da segurança alimentar em evidência, sobretudo no momento de elaboração do Plano Municipal de SAN e da discussão do orçamento e do PPA municipal.

Primeira reunião da CAISAN Rio Branco

A primeira reunião da CAISAN Rio Branco foi realizada no dia 25 de agosto de 2022, no auditório da Associação dos Municípios do Acre – AMAC. A reunião contou com representantes do poder público municipal que trabalham em temas relacionados com a SAN e que foram escolhidos para compor a CAISAN Municipal, conforme decreto nº 1.201 de 12 de agosto de 2022, publicado no diário oficial do município. A reunião contou com a abertura realizada pela servidora da SASDH, Sergiane Costa, que mencionou a continuidade do processo iniciado no começo de junho com a realização das oficinas com apoio do LUPPA. A servidora passou a fala para o secretário da Casa Civil, Valtim José, que enfatizou a importância do encontro para a prefeitura e colocou a sua pasta à disposição dos presentes, reforçando que estão abertos a qualquer eventualidade que o grupo da CAISAN precisar para articulação do trabalho de SAN entre as secretarias.

A partir desse momento inicial a moderação ficou sob responsabilidade do assessor do LUPPA, Marcos Catelli que buscou contextualizar os servidores da prefeitura sobre o processo que está sendo retomado em Rio Branco, auxiliado pelas informações dos trabalhos que já foram realizados anteriormente. Além de informações que descrevem a situação da vulnerabilidade social em Rio Branco e a relevância da reativação da agenda de SAN que está sendo efetuada pelo município, com destaque para reativação da CAISAN e do CONSEA e a reabertura do Restaurante Popular. A apresentação do LUPPA contou com vídeo informativo sobre a segurança alimentar que auxiliou o debate evidenciando a abrangência do tema e familiarizando os participantes com as siglas e terminologias que são utilizadas, além do marco legal e políticas desenvolvidas. Também foram apresentados e discutidos pontos do decreto de reativação da CAISAN, como as secretarias que compõe e o papel e competências da CAISAN.

A tarefa de contextualizar os participantes sobre a temática de SAN no município, também foi facilitada pela Lei Complementar Municipal nº 102/2020, onde foram destacados e discutidos os eixos da Política Municipal de SAN (PMSAN) enxergando-os como base para elaboração de um Plano Municipal de SAN. Assim, o direcionamento do trabalho foi observar os eixos e pensar ementas para cada um deles, definindo possibilidades de articulação intersetorial com vistas a estruturar as possíveis ações ou os eixos norteadores do Plano Municipal de SAN.

Porém, no decorrer do processo de discussão dos eixos, foi sugerido e acatado o processo de fusão dos eixos 2. Abastecimento e distribuição de alimentos e 4. Distribuição gratuita de alimentos. Outra proposta que foi acatada pelo coletivo presente, foi a possibilidade de identificar as “secretarias-líder” de cada eixo definido na Política municipal de SAN (Lei nº 102/2020) para que essas secretarias pudessem reunir as ações que desenvolvem nas suas respectivas pastas e que estão relacionadas ao eixo e apresentar para o grupo na próxima reunião, os principais dados, gargalos, indicadores, demandas e desafios para cada um dos nove eixos existentes. Assim, ficou encaminhado que os membros da CAISAN, que representam a secretaria-líder, apresentariam as ações para o coletivo da CAISAN na reunião do dia 30 de agosto. Os eixos e respectivas secretarias-líder e secretarias de apoio ficaram organizados da seguinte maneira (Tabela 1):

Tabela 1: Eixos da Política Municipal de SAN de Rio Branco com as secretarias líder de cada eixo, junto com as secretarias de apoio.

EIXO	SECRETARIAS LÍDER E APOIO
1. Produção e ao escoamento de alimentos	SEAGRO (Líder) E SASDH (Apoio)
2. Abastecimento e distribuição de alimentos	SASDH (Líder); SEAGRO (Apoio)
3. Transferência de renda à população vulnerável	SEMSA (Líder); SASDH; SEPLAN e SDTI (Apoio)

4. Distribuição gratuita de alimentos	SASDH (Líder); SEAGRO (Apoio)
5. Abastecimento de água potável	CASA CIVIL (Líder); apoio a ser solicitado do SAERB, da DEFESA CIVIL e SEAGRO
6. Saúde, alimentação e nutrição	SEMSA (Líder); apoio da SASDH, SEAGRO, SEME e SDTI.
7. Conservação, manejo e sustentabilidade ambiental	SEMEIA, com apoio da SEME, SEAGRO, SDTI, SEPLAN e CASA CIVIL
8. Fortalecimento da economia solidária no âmbito da produção e distribuição de alimentos	SDTI (Líder), com apoio da SEAGRO E DA SEPLAN.
9. Educação para segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada	SEME (Líder), com apoio da SASDH, SDTI e SEMSA.
10. Fomento à pesquisa e estudos na área de segurança Alimentar e nutricional;	SEPLAN (Líder) com apoio de todas as secretarias membros da CAISAN e suporte a ser requerido do IFAC, da UFAC e da EMBRAPA.

Reunião da CAISAN Rio Branco

A segunda reunião da câmara intersecretarial de segurança alimentar e nutricional de Rio Branco ocorreu no auditório da Prefeitura Municipal de Rio Branco no dia 30 de agosto de 2022, contando com a abertura de Ana Letícia, da SEMEIA e secretaria executiva da CAISAN. Após a abertura, Francine Xavier do LUPPA, fez uma breve fala retomando o que havia sido acordado entre os membros da CAISAN na reunião do dia 25 de agosto. Após esse momento inicial, os representantes das secretarias apresentaram as ações relacionadas aos eixos da política municipal de SAN. A oficina foi organizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH), juntamente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMEIA) e a Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), com o apoio do Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares (LUPPA).

As apresentações das secretarias trataram de diversos programas, projetos e ações como os sintetizados abaixo (*Tabela 2*):

Tabela 2: Eixos da Política Municipal de SAN de Rio Branco com as secretarias líder de cada eixo, junto com as secretarias de apoio e os programas, projetos e ações em execução.

EIXO/SECRETARIAS	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES
1. Produção e ao escoamento de alimentos SEAGRO (Líder); SASDH (Apoio)	6 Programas Municipais: 1. Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); 2. Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA Municipal); 3. Cultivo Protegido; 4. Produção de grãos; 5. Mecanização Agrícola (PMMA); 6. Pecuária Leiteira Familiar (PMPL).
2. Abastecimento e distribuição de alimentos SASDH (LÍDER); SEAGRO (AUXÍLIO)	Banco de Alimentos em funcionamento, no ano de 2020 foram recebidos cerca de 421 mil kg de alimentos via PAA e com atendimento contínuo de 72 entidades cadastradas; Restaurante Popular: conseguiram atender mais de 15 mil pessoas nesse primeiro mês de funcionamento, contribuindo com a minimização da INSAN, atendendo em média 500 refeições por dia.

3. Transferência de renda à população vulnerável SEMSA (Líder); SASDH; SEPLAN e SDTI (Apoio)	Ações de capacitação e mobilização, Linha de cuidados – Sobrepeso e obesidade; Pontos de atenção à saúde, tendo as Unidades de Saúde da Família (USF) no centro de um conjunto de programas e iniciativas (ex: CRAS, Restaurantes populares, UPAs, etc) que atuam de forma integrada e exercendo a intersectorialidade em benefício da população.
4. Distribuição gratuita de alimentos SASDH (LÍDER); SEAGRO (AUXÍLIO)	Banco de Alimentos em funcionamento, no ano de 2020 foram recebidos cerca de 421 mil kg de alimentos via PAA e com atendimento contínuo de 72 entidades cadastradas; Restaurante Popular: conseguiram atender mais de 15 mil pessoas nesse primeiro mês de funcionamento, contribuindo com a minimização da INSAN, atendendo em média 500 refeições por dia.
5. Abastecimento de água potável CASA CIVIL (Líder); apoio a ser solicitado do SAERB, da DEFESA CIVIL e SEAGRO	Esse eixo ficou prejudicado devido à ausência de representantes da Casa Civil
6. Saúde, alimentação e nutrição SEMSA (LÍDER); APOIO DA SASDH, SEAGRO, SEME e SDTI.	Como se trata da mesma secretaria do eixo 3 (SEMSA) as ações/programas foram descritas acima
7. Conservação, manejo e sustentabilidade ambiental SEMEIA, com apoio da SEME, SEAGRO, SDTI, SEPLAN e CASA CIVIL	Ações e metas do Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima de Rio Branco; Compostagem e Projeto Âncora
8. Fortalecimento da economia solidária no âmbito da produção e distribuição de alimentos SDTI (LÍDER), com apoio da SEAGRO E da SEPLAN.	Hortas urbanas, nos vazios urbanos (Áreas de Preservação Permanente – APP e outros espaços públicos), possuem 7 hortas em pleno funcionamento, inclusive com a produção de plantas ornamentais, contam com 16 famílias trabalhando, com 46 estufas

9. Educação para segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada SEME (LÍDER), com apoio da SASDH, SDTI e SEMSA.	PNAE: Estão conseguindo atender os 30% da agricultura familiar e até mais, porém, relata dificuldades na aquisição da parte dos produtores com a falta de documentação, a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e problemas burocráticos; Trabalho realizado junto com a secretaria de saúde, atuando em 24 escolas, definindo o perfil das crianças, com uma grande incidência de sobrepeso. E reforça que quanto à INSAN, o que está mais evidente é o sobrepeso, além de doenças não transmissíveis, crônicas.
10. Fomento à pesquisa e estudos na área de segurança Alimentar e nutricional; com apoio de todas as secretarias membros da CAISAN e suporte a ser requerido do IFAC, da UFAC e da EMBRAPA.	Promoção de estágios curriculares (obrigatório e não-obrigatório) e os termos de cooperação técnica com as instituições de ensino e pesquisa, a Casa Civil deveria centralizar esse processo e organizar os trabalhos em parceria com cada secretaria envolvida.

A segunda reunião da CAISAN de Rio Branco foi um importante momento para prática da intersectorialidade na gestão das políticas municipais de SAN, onde cada membro pôde ter contato com os trabalhos desenvolvidos nas outras secretarias e visualizar formas de cooperação para ampliar o alcance das ações. Ao compartilhar as ações que estão sendo desenvolvidas e acolher o que os colegas das secretarias trouxeram, os membros da CAISAN puderam visualizar a importância desse espaço e da ação compartilhada para superação dos desafios, suplantando os entraves em benefício da população rio-branquense. Esse fato pode ser comprovado por meio das falas que propuseram reuniões quinzenais para dar conta do desafio ou mesmo cobrando um plano de ação para que essas ideias não fiquem no papel.

Outro ponto importante a ser destacado é que os servidores da prefeitura municipal estão percebendo que o trabalho cotidiano que realizam está diretamente vinculado com a mudança da realidade objetiva, em que cada dia mais pessoas estão em situação de INSAN no município, no estado e no país,

resultado de políticas desastrosas do último período que tentaram destruir os avanços conquistados nas últimas décadas no combate à fome. Além do fato de perceberem que a agenda de SAN do município está conectada com algo maior, um sistema federal (SISAN), que prevê a elaboração de políticas, e o plano com a participação da sociedade civil.

Das 8 secretarias que compõem a CAISAN, somente a Casa Civil não enviou representantes, o que prejudicou a discussão sobre o eixo 5. Abastecimento de água potável, que estava sob responsabilidade desta secretaria.

Como próximos passos as secretarias que compõem a CAISAN devem organizar uma agenda de encontros e articulações necessárias para o bom andamento da agenda de SAN no município. Também é fundamental que haja um esforço das secretarias no estudo de outros materiais relacionados à SAN, bem como Planos Municipais e a própria Lei Complementar nº 102/202. Além de acrescentar as informações dos eixos, pois foi priorizado um trabalho de definição das “secretarias-líder” de cada eixo para iniciar a discussão e troca de informações. Mas para elaboração do Plano Municipal de SAN e até mesmo para compartilhamento de informações com o CONSEA e a realização da Conferência Municipal, é importante que as secretarias que possuem ações vinculadas aos eixos possam incluir as suas ações de forma a fortalecer a intersectorialidade de SAN no município.



Membros da CAISAN e do Luppa na 2ª reunião da CAISAN Rio Branco, 30 de agosto de 2022. Foto: Francine Xavier.

Visita ao restaurante Popular de Rio Branco

A visita ao Restaurante Popular de Rio Branco foi realizada por Francine Xavier do LUPPA, no dia 31 de agosto de 2022 e organizada por Sergiane Costa, chefe da divisão de Segurança Alimentar da SASDH. Na oportunidade, a representante do LUPPA teve a oportunidade de conhecer as instalações do Restaurante Popular e até mesmo se alimentar da refeição preparada no equipamento municipal. O restaurante integra a estrutura operacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), se caracterizando como equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional. O qual tem por objetivo, ampliar a oferta de refeições nutricionalmente adequadas, a preços acessíveis, à população de baixa renda, vulneráveis socialmente e em situação de insegurança alimentar e nutricional. Além de promover a alimentação adequada e saudável e a valorização dos hábitos alimentares regionais.

Sobre os desafios, Sergiane argumentou que a pandemia agravou a situação de INSAN no município, sobretudo com o restaurante fechado por mais de 2 anos. Porém, apesar do contexto desfavorável a Prefeitura tomou a decisão política e reabriu o restaurante com recursos próprios. A representante da SASDH avalia que o restaurante, anteriormente, era mantido por verbas federais, as quais foram totalmente cortadas, trata-se então de um desafio muito grande, arcar com todo o custo envolvido, mas reforçou que o trabalho é recompensador, pois conseguiram atender mais de 15 mil pessoas nesse primeiro mês de funcionamento. Sergiane destacou que o restaurante vem se tornando referência na gestão municipal e está contribuindo com a diminuição da insegurança alimentar, pois estão atendendo em média 500 refeições por dia, sendo o primeiro mês gratuito e após esse período iniciaram cobrando o valor simbólico de R\$2.

Sergiane ponderou que anteriormente a gestão do restaurante era realizada por uma empresa, sendo que todos sem restrição, poderiam almoçar no Restaurante Popular. Porém, atualmente somente os inscritos no Cadúnico podem fazer uso do equipamento público municipal de SAN. A nutricionista analisa a importância da reabertura, uma vez que 1/3 da população de Rio Branco vive em situação de vulnerabilidade social, pois existem 62 mil famílias

inscritas no Cadúnico. A representante da SASDH citou ainda muitas situações que necessitam de um atendimento humanizado por parte da equipe em acolhimento às diversas demandas sociais. Nesse aspecto, reforça o trabalho realizado pelas assistentes sociais, no mapeamento do Cadúnico e que também buscam atender gestantes, idosos e crianças que não estão inscritos, mas são grupos prioritários para atendimento. Sergiane salientou também o vínculo emocional que se cria entre usuários e a equipe, a importância do trabalho de parceria da secretaria de Saúde, em que agentes comunitários levantam informações, fazem o registro do território, de onde vem os moradores que utilizam o serviço, quantas pessoas estão em cada faixa etária, comorbidades, etc.

Francine avalia positivamente a visita realizada ao Restaurante Popular e afirma ter ficado impressionada com o cuidado com as pessoas, o acolhimento e o cardápio bem elaborado, demonstrando um trabalho cooperativo e de qualidade visando a melhoria da qualidade de vida da população rio-branquense.



Equipe do Restaurante popular fazendo sabão com o reaproveitamento do óleo utilizado para as refeições

Reunião conjunta CAISAN e CONSEA Rio Branco

A reunião conjunta entre o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) foi realizada no auditório da Prefeitura Municipal de Rio Branco, dia 01 de setembro e contou com a participação de secretarias membros da CAISAN e organizações da sociedade civil membros do CONSEA, sendo a abertura realizada por Sergiane Costa, da SASDH e presidente da CAISAN. Após a fala inicial, Francine Xavier do Luppa, fez uma breve fala contextualizando os conselheiros sobre o processo de reativação da CAISAN e do CONSEA, que está ocorrendo no município de Rio Branco. Após esse momento inicial, os representantes das secretarias apresentaram aos conselheiros da sociedade civil, as ações que desempenham e que estão relacionadas aos eixos da política municipal de SAN.

Na abertura da reunião, Sergiane Costa da SASDH, agradeceu a todos os presentes e falou do processo que está ocorrendo no município de Rio Branco para elaboração do Plano Municipal de SAN, fruto da reativação da CAISAN e do CONSEA que ocorreram oficialmente no mês de agosto, com a publicação dos decretos no Diário Oficial. Nesse contexto, cita as organizações da sociedade civil que foram eleitas para compor o CONSEA, a saber: 1. *Educandário Santa Margarida*, 2. *Conselho Regional de Nutrição (CRN)*, 3. *União Municipal das Associações de Rio Branco (UMARB)*, 4. *Centro Cultural Novarese*, 5. *SESC (Mesa Brasil)*, 6. *Conselho de Alimentação Escolar (CAE)*. Finalmente, Sergiane reforçou o importante apoio que vêm sendo disponibilizado pelo LUPPA para que a prefeitura possa retomar a agenda de SAN no município, chamando a coordenadora do LUPPA para dar continuidade à programação.

Francine Xavier, do LUPPA, inicia sua apresentação mencionando que 23 cidades participaram do LUPPA na primeira edição e 3 cidades ofereceram mentoria (Curitiba, Belo Horizonte e Recife) para 10 cidades. O município de Rio Branco ganhou o prêmio de apoio à construção do Plano de SAN, oferecido aos municípios da Amazônia Legal. Destacou as muitas experiências interessantes que foram geradas entre as cidades, sendo a cooperação fundamental para atingir os objetivos e propagar as boas práticas que estão acontecendo.



Francine Xavier, coordenadora do LUPPA, durante abertura da reunião conjunta CAISAN e CONSEA, 01 de setembro de 2022. Foto: Marcos Catelli.

Citou então a Lei complementar nº 102/2020 que trata da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Rio Branco - PMSAN. Francine destacou o artigo 11 que aborda a implementação da PMSAN, pelos componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), como a CAISAN, o CONSEA, além da Conferência Municipal de SAN, que é um espaço para ouvir mais ainda a sociedade civil. A coordenadora do LUPPA destacou também a importância da prefeitura (CAISAN) ter um desenho mais avançado do Plano, ao mesmo tempo que acolhe as demandas da sociedade civil. Francine enfatizou que este é um trabalho que pode ajudar a toda sociedade e o município, com mais efetividade, economizando tempo e dinheiro. E reforçou que no início esse processo dá mais trabalho, porém, depois que a articulação é iniciada, o processo fica mais simples.

Sobre o Plano Municipal de SAN, Francine reforçou que ele tem que estar em conformidade com a política, tendo a parceria com a sociedade civil, atuando de mãos dadas com a gestão pública para buscar melhorar a vida de todos os munícipes. Francine destaca o artigo 13, que trata das atribuições do CONSEA e da CAISAN e que o município ainda tem muito caminho pela frente, muito trabalho, mas que os frutos são incríveis. Ela pontuou que a sociedade civil está tendo a oportunidade de pensar ações para solucionar os desafios que se apresentam, sendo importante o trabalho em etapas, primeiro constituir a

CAISAN e o CONSEA, para então realizar a Conferência e ouvir a sociedade. A representante do LUPPA mencionou também o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e o momento que vivemos no mundo e no Brasil, sendo uma situação muito difícil de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN), com a fome e a miséria aumentando. Ela enfatizou que precisamos nos incomodar com esse fato, uma vez que, frente a tantos progressos que a sociedade teve, é inaceitável que existam pessoas passando fome.

Francine então chegou nos eixos da PMSAN e citou o trabalho já realizado pela CAISAN, onde foram definidas “secretarias líder” para cada eixo da política. Segundo ela, esse processo foi organizado para iniciar a discussão sobre as ações de cada secretaria que são relacionadas ao eixo em questão e que podem constar no Plano Municipal de SAN, para o Plano tomar corpo e ir melhorando. Francine então retoma a fala, encaminhando o trabalho realizado pela CAISAN na reunião ocorrida no dia 25 de agosto, ocasião em que ficou deliberado que cada “Secretaria Líder”⁵ ficaria encarregada de trazer para essa reunião os principais dados, gargalos, indicadores, demandas e desafios do eixo que foi designada (*Tabela 1*).

As apresentações das secretarias-líder ocorreram da mesma maneira que foi na oficina da CAISAN (30/08), explorando os programas, projetos e ações que foram sintetizados acima (*Tabela 2*). Porém, dessa vez, durante as apresentações foram realizadas manifestações dos representantes da sociedade civil, que interagiram com os servidores municipais buscando compreender melhor as ações que estão sendo desenvolvidas, bem como as possibilidades de parceria.

A reunião conjunta do CONSEA e da CAISAN Rio Branco foi um importante momento para que os conselheiros recém-empossados do CONSEA pudessem se conhecer melhor, além de tomar contato com o trabalho que vem sendo realizado nas diversas secretarias que compõe a CAISAN. Ao observar as ações que estão sendo desenvolvidas nas diversas esferas do poder público municipal e acolher o que outros colegas da sociedade civil trouxeram, os membros do CONSEA puderam visualizar a importância desse espaço e da ação

⁵ Na reunião da CAISAN realizada no dia 25 de agosto do presente ano, foram definidas “secretarias líder” para cada um dos nove eixos definidos na Política municipal de SAN (Lei nº 102/2020).

compartilhada para superação dos desafios do município, com vistas a suplantando os diversos entraves em benefício da população rio-branquense.



Tadeu Augusto durante apresentação sobre as ações da SEPLAN, reunião conjunta CAISAN e CONSEA, 01 de setembro de 2022. Foto: Sergiane Costa.

Quanto aos participantes da reunião, das 8 secretarias que compõe a CAISAN, a SDTI e a Casa Civil não enviaram representantes. No caso da Casa Civil a ausência foi recorrente, o que prejudicou a discussão sobre o eixo 5: abastecimento de água potável, que estava sob responsabilidade desta secretaria. Quanto aos representantes da sociedade civil que compõe o CONSEA, somente o Sesc (Mesa Brasil) e o Centro Cultural Novarese não compareceram. Porém, logo no início da reunião, Elzian da Silva, presidente do CONSEA e representante da UMARB, teve que se ausentar em virtude de outra atividade. Essa ausência foi bem avaliada junto aos representantes e de forma a tentar dirimir esse contexto, pode ser oportuno a criação do cargo de vice-presidente, como foi sugerido pela experiente ex-gestora da política estadual de SAN do Acre, Vanda Matos. Ou até mesmo a criação do cargo de secretário executivo para auxiliar na representação do conselho e no auxílio de encaminhamento das demandas do CONSEA. Um possível encaminhamento para esse processo é levantar a existência do regimento interno do CONSEA, indicado com prazo de 60 dias para elaboração, previsto na lei nº 1.581/2005.

Iniciativas que inspiram

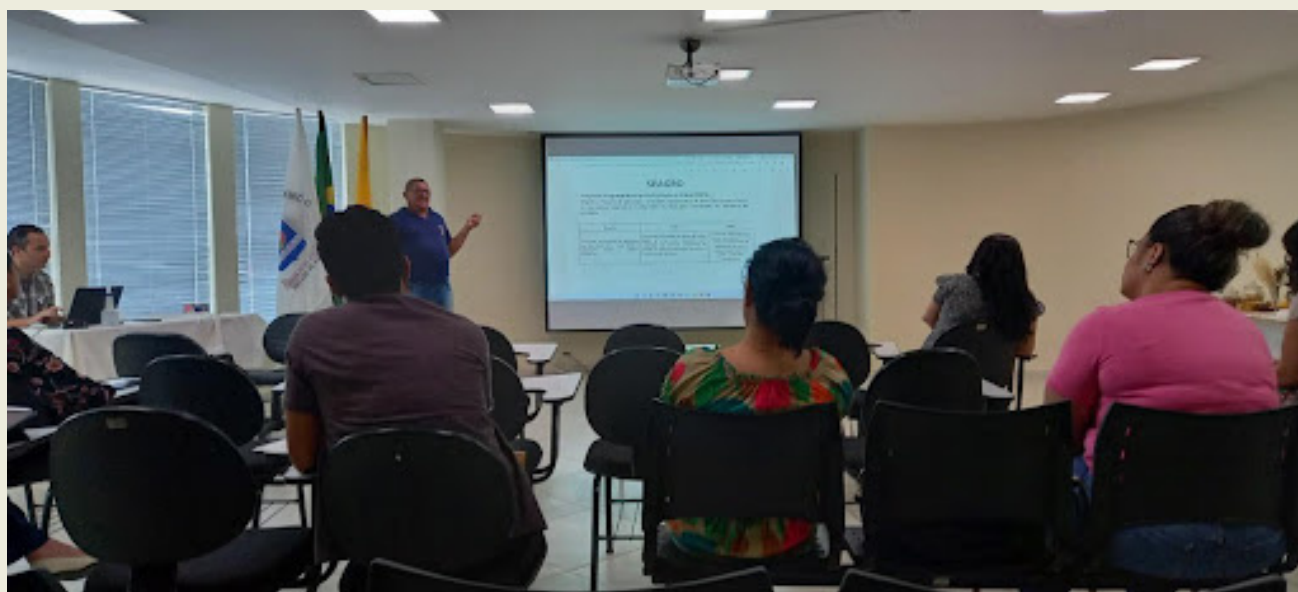
O município de Rio Branco tem um interessante exemplo de intersetorialidade de política alimentar, que envolve a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Agropecuária: o Programa de Hortas Comunitárias em vazios urbanos, instituído pela Lei nº 2.326 de 2019. O objetivo do programa é utilizar terrenos ociosos públicos ou privados, para o cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais e ornamentais. A fiscalização e escolha dos terrenos é feita pela Secretaria de Meio Ambiente. Para cuidar destas hortas podem se candidatar pessoas com cadastro no CADÚnico residentes em Rio Branco e entidades sem fins lucrativos com sede na cidade. A produção destas hortas é para consumo próprio, mas também destinada por meio de compras institucionais aos beneficiários do Bolsa Família (Auxílio Brasil) assistidos pelos CRAS e entidades beneficiárias da assistência social.

Os hortelões urbanos contam com assistência de cultivo convencional e orgânico, oferecido pela Secretaria de Agropecuária. O município possui também o programa Feiras Livres da Agricultura Familiar Sustentável, que ganhou em 2019 o Prêmio Cidades Sustentáveis. A iniciativa conta na sua execução com Associações e Cooperativas locais, e com organizações como a Associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia, o WWF Brasil, o Instituto Federal do Acre, a Universidade Federal do Acre e a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, atuando em diversas frentes e também de forma intersetorial.

A produção local proveniente do cinturão verde e das hortas do Programa de Hortas Comunitárias é escoada para as feiras livres da cidade, com apoio logístico e na comercialização. A assistência técnica e disponibilização de equipamentos e insumos para os agricultores também é realizada no âmbito deste projeto. Assim, o programa facilita o acesso a alimentos locais e frescos para a população do município, e também auxilia na geração de renda das famílias agricultoras tanto pelo escoamento pelas feiras como pelo acesso aos programas PAA e PNAE.

O município conta com mais de 40 (quarenta) feiras livres, sendo 2 (duas) delas de produtos de base agroecológica, 12 (doze) mercados municipais, uma feira temática (Feira do Peixe e Agricultura Familiar/Semana Santa) e a central de abastecimento gerida pelo poder municipal e que atende a todo o Acre. Uma peculiaridade é a logística complexa para acessar o município, fazendo com que haja uma alta importação de alimentos de países vizinhos, aumentando os custos com alimentação. Assim, a prefeitura tem investido nas capacitações e assistência técnica para aumentar a produção de alimentos locais. A Secretaria de Agropecuária, em parceria com EMBRAPA, SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e Universidade Federal do Acre, oferece assistência técnica de apoio à produção, escoamento e comercialização, além de fornecimento de composto proveniente da compostagem do material verde e resíduos da agroindústria de polpas de frutas, e ainda, melhoramento na infraestrutura, como por exemplo, a malha viária.

Por conta da cultura extrativista, há um esforço de incluir produtos locais e tradicionais nas compras públicas do PAA e PNAE. A execução do PNAE no município trabalha não somente com produtores e produtoras de Rio Branco, mas também com cooperativas de municípios vizinhos, diversificando e expandindo a abrangência dos benefícios.



Matias, técnico da SEAGRO, durante sua apresentação na reunião conjunta CAISAN e CONSEA, 01 de setembro de 2022. Foto: Francine Xavier.

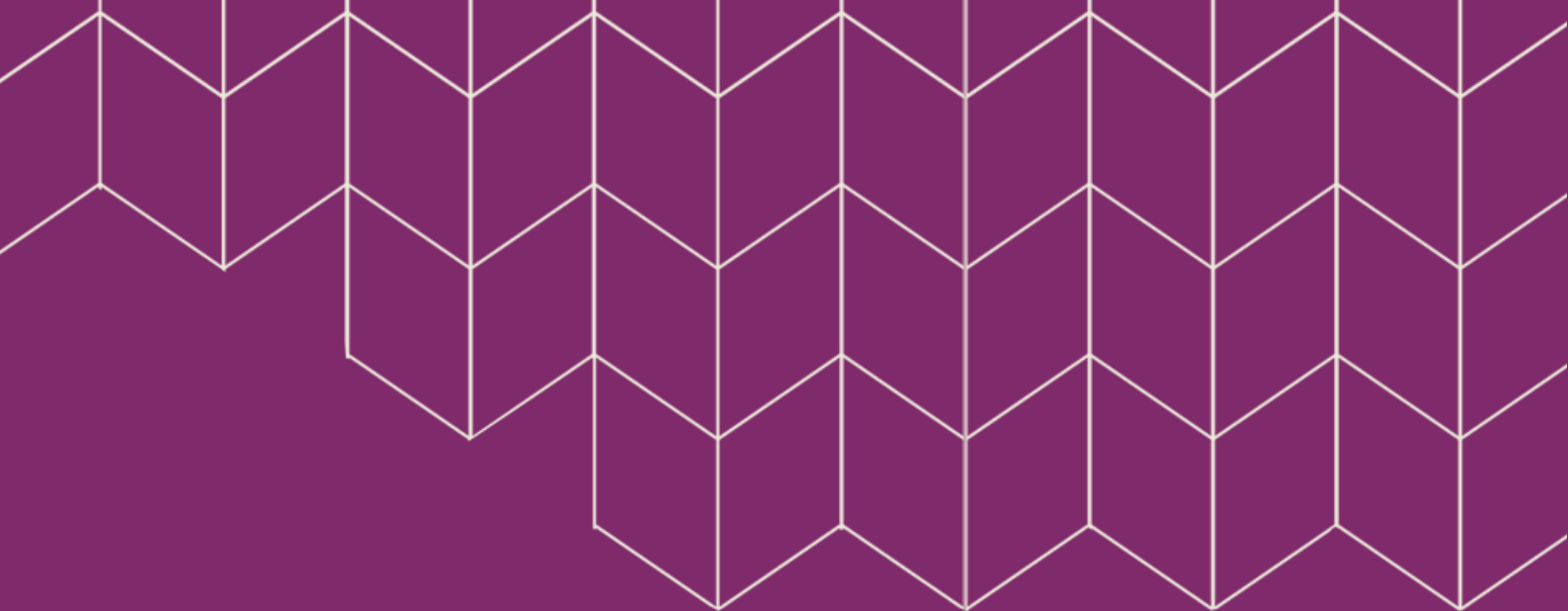
Recomendações para o processo de reativação da agenda de SAN no município

Como próximos passos é fundamental permaneça o esforço dos conselheiros do CONSEA e servidores municipais membros da CAISAN em garantir a frequência de reuniões e se apropriar do tema de SAN, por meio do estudo de outros materiais relacionados à SAN na região e no município, bem como estudar os Planos Municipais de outras localidades e as próprias Leis Municipais sobre o tema, como a nº 1.581/2005 – que dispõe sobre a criação do CONSEA de Rio Branco e a nº 102/2020 – que dispõe sobre a Política Municipal de SAN. Outro esforço importante compreende o trabalho de articulação e aproximação dos diversos segmentos e representações da sociedade civil que ficaram de fora do Conselho, mas que possuem ações relacionadas à SAN no município de Rio Branco, principalmente as entidades ligadas à produção, à agricultura familiar e aos povos tradicionais.

Esse trabalho de apropriação do tema vinculado à ampliação da participação social é fundamental para garantir que o processo de consulta à sociedade a ser concretizado na Conferência Municipal de SAN seja realizado da melhor forma, incorporando as demandas advindas de diversos campos de atuação da sociedade civil e garantindo mais pluralidade, qualidade e abrangência para as ações e metas que irão compor o Plano Municipal de SAN. Vale ressaltar que a III Conferência Municipal de SAN está programada para acontecer no primeiro trimestre de 2023.

Outro aspecto positivo que está ocorrendo é que o estado do Acre também está reativando seus espaços de governança e o Plano Estadual de SAN. O movimento de retomada do município pode ter influenciado o processo de reativação do estado. Ademais, a gestão municipal de Rio Branco, está sendo percebida como referência na região norte, inclusive recebendo consultas sobre o preenchimento do Mapa SAN.

Importante destacar que o município de Rio Branco está realizando a retomada da política municipal de SAN ao mesmo tempo em que está discutindo o planejamento econômico do município, junto aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os instrumentos de gestão orçamentária municipal, como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Uma excelente oportunidade, tendo em vista que todos esses são pontos fundamentais para garantir um bom Plano Municipal de SAN, evidente que muito já foi realizado desde o início do processo de reativação empreendido por essa gestão, além dos esforços de gestões anteriores que garantiram a adesão ao SISAN e a criação da Lei da Política Municipal de SAN (nº102/2020). Contudo, ainda há um caminho a ser percorrido para garantir um Plano Municipal de SAN com eficácia, efetividade e participação da sociedade no enfrentamento das diversas situações de INSAN que acometem a população rio-branquense.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Rio Branco já contava com espaços de governança e exercício da intersetorialidade e da participação social (CAISAN e CONSEA) além de equipamentos e outros instrumentos da política de SAN, no entanto alguns deles estavam desativados devido à Medida Provisória nº 870, do governo federal, de 1º de janeiro de 2019 (que extinguiu o CONSEA nacional), que prejudicou o desenvolvimento articulado da agenda de SAN municipal, somado aos impactos da pandemia de Covid-19 que prejudicou o processo de encontros e articulação entre os representantes do poder público e organizações da sociedade civil relacionados ao tema da SAN.

O trabalho da assessoria LUPPA em parceria com o município conseguiu realizar, conforme planejado; o diagnóstico com o levantamento das ações e programas existentes, dos marcos legais, das estruturas instaladas e dos principais atores do sistema alimentar local; a constituição do Grupo de Trabalho da prefeitura responsável pelo processo; a ativação da CAISAN e a criação de sua Câmara Técnica; a ativação do CONSEA e a definição preliminar dos eixos norteadores do Plano SAN. A concepção do Projeto Âncora foi um ótimo exercício de intersetorialidade, no entanto sua execução ainda aguarda a captação de recursos.

Assim, o processo desenvolvido com o apoio do LUPPA foi fundamental para reativação da agenda de SAN municipal, vale ressaltar o importante respaldo oferecido pelo prefeito municipal de Rio Branco, Sebastião Bocalom (PP) e pela vice-prefeita e secretária da SASDH, Marfisa Galvão, que muito se empenharam no processo de reativação da agenda de SAN do município, além da secretária Neiva Tessinari (SEPLAN e SDTI), que também foi um apoio fundamental, garantindo inclusive uma participação do LUPPA em um evento de planejamento municipal tendo como base os ODS. Essa articulação da agenda da SAN com os ODS é de fundamental relevância, haja visto os desafios que estão colocados pelas mudanças climáticas aliadas ao aumento da fome e da pobreza no estado e no país.



Membros da CAISAN, do CONSEA e do LUPPA no encerramento reunião do dia 01 de setembro de 2022. Foto: Francine Xavier.

Como resultados desse processo de articulação promovido pelo LUPPA no município de Rio Branco, três representantes da prefeitura municipal, sendo elas: Marfisa Galvão, secretária de Assistência Social e Direitos Humanos e vice-prefeita; Sergiane Costa, chefe da Divisão de Segurança Alimentar da SASDH e Ana Letícia Rocha, da SEMEIA; participaram do 8º Fórum Global do Pacto de Milão para Política de Alimentação Urbana, realizado de 17 a 19 de outubro de 2022 na cidade do Rio de Janeiro (RJ), com o tema “Comida para nutrir a Justiça Climática: soluções da alimentação urbana para um mundo mais justo”. O evento reuniu 500 representantes de 162 cidades de todo o mundo e discutiu as soluções e políticas públicas na área de segurança alimentar.

Rio Branco foi convidado pelo Instituto Comida do Amanhã e ICLEI América do Sul para participar da roda de conversa “Towards sustainable urban food governance in Brazil” para apresentar as estratégias desenvolvidas e ferramentas utilizadas em Rio Branco para promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.



Painel sobre o LUPPA realizado pelo Instituto Comida do Amanhã e Iclei América do Sul dentro da programação do 8º Fórum Global do Pacto de Milão. Foto: Thais Barreto.

Hoje Rio Branco possui um CONSEA em atividade, uma CAISAN ativa e atualizada, e uma rota para seguir rumo à construção de seu primeiro Plano municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com abordagem sistêmica e integrada, envolvendo todas as agendas do sistema alimentar municipal.

BIBLIOGRAFIA

ACRE, Governo do Estado. Acre em números 2017. Rio Branco: SEPLANDS. 179 p. 2017.

RIO BRANCO, Prefeitura Municipal, 2020. Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas. SEMEIA: Rio Branco, Acre. 55 p. 2020

realização



correalização



apoio



IBIRAPITANGA

apoio metodológico

